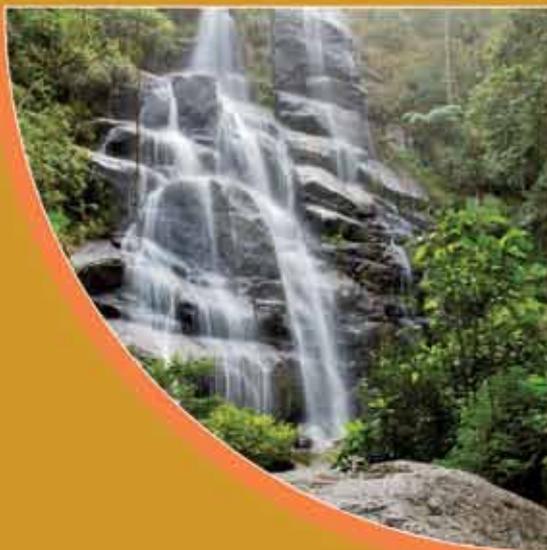


Lições aprendidas na conservação e recuperação da Mata Atlântica



Planos Municipais
de Conservação e
Recuperação da
Mata Atlântica

Presidência da República do Brasil

Presidente

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministério do Meio Ambiente

Ministra

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Secretaria Executiva

Secretário

Francisco Gaetani

Departamento de Coordenação do Sisnama

Diretora

Silmara Vieira da Silva

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Secretário

Roberto Brandão Cavalcanti

Departamento de Conservação da Biodiversidade

Diretor

Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Secretário

Ney Maranhão

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Lições aprendidas na conservação e
recuperação da Mata Atlântica

Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

Série Biodiversidade 46

Brasília, 2013

Coordenação editorial

Fátima Becker Guedes	SBF/MMA
Ceres Belchior	SBF/MMA
Yriz Soares da Silva	SRHU/MMA
Cláudia Martins Dutra	Cláudia Dutra Consultoria Jurídica
Armin Deitenbach	GIZ/GFA

Autora

Cláudia Martins Dutra	Cláudia Dutra Consultoria Jurídica
-----------------------	------------------------------------

Colaboração e revisão técnica

Armin Deitenbach	GIZ/GFA
Carola Jian Ping Kuklinski	GIZ
Fernando Tatagiba	SBF/MMA
Ingrid Prem	GIZ
Ivy Wiens	RMA/ISA
Janete Abrahão	Aemerj
Janina Budi	GIZ
Joisa Maria Barroso Loureiro	SRHU/MMA
Lisiane Becker	MIRA-SERRA
Luiz Alberto Cordeiro	CACO
Renato Cunha	Gambá
Rosângela de Assis Nicolau	SRHU/MMA
Sandra Steinmetz	Ambiental Consulting
Silmara Vieira da Silva	SRHU/MMA
Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro	CACO
Yriz Soares da Silva	SRHU/MMA

Mapa

Yuri Salmona

Fotos

As fotos publicadas neste livro foram cedidas sem custos pelos autores ou instituições mencionados nas imagens. Agradecemos gentilmente a todos os fotógrafos e instituições que as cederam para compor este livro.

Revisão

Marco Gonçalves / Paxiúba Informação Ltda.

Capa

Composição com fotos de Wigold Schaffer e Armin Deitenbach

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Ângela Ester Magalhães Duarte e Renata Fontenelle / Opium Marketing

Agradecemos as valiosas contribuições de

Alba Simon (SEA, RJ), Alexandre de Oliveira e Aguiar (Uninove), Aline Oliveira Santos (Consórcio Intermunicipal Lagos São João), Américo Augusto Duboc Fajando (IEMA, ES), Ana Cecília Gonçalves (Pro-Mata II, MG), Ananda Ribeiro Mensitieri Orlando (Gambá), André Jardim (SBF/MMA), Anna Carolina Gomes da Silva (Prefeitura Municipal de Sorocaba, SP), Anna Christina Faria (Prefeitura Municipal de Maringá, PR), Camila de Paula Aeraus (Prefeitura Municipal de Sorocaba, SP), Carlos Marconi de S. Resende (EMATER-Rio/Rio Rural), Carolina Muller (Mater Natura), Catarina Romanelli Chaves (CER Serra do Papagaio, MG), César Augusto Scaglianti (Prefeitura Municipal de Sorocaba, SP), Cintia Castro de Freitas (Prefeitura Municipal de São Sebastião, SP), Cláudia de Lucena (Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, RS), Clayton F. Lino (RBMA), Daniel Arrifano Venturi (WWF Brasil), Débora Orgler de Moura (CBRN/SMA, SP), Djalma Souto Maior Paes Junior (Prefeitura Municipal de Glória do Goitá, PE), Edson Ney Barbosa (Eldorado, SP), Eduardo Reis Rosa

(Arcplan), Elizabete Braga (SNE), Euzivan Lemos Alves (Prefeitura Municipal de João Pessoa, PB), Everaldo Nunes Junior (IEMA, ES), Flávio Gonçalves de Souza (Emater-Rio/Rio Rural), Gelcira Telles (MIRA-SERRA), Gilberto A. Furtas (ACEPEUB, SP), Gilda Goulart (FAMURS), Hélio de Souza Batista (1º BPAmb, 5ª CA, SP), Heloisa Dias (RBMA), Janaína Moreira do Carmo (Emater-Rio/Rio Rural), José Carmelo de Freitas Reis Jr. (Prefeitura Municipal de Socoraba, SP), José Nazal Pacheco Soub (Prefeitura Municipal de Ilhéus, BA), José Reinaldo Pereira (DAAE, SP), Jussara Carvalho (Anamma), Karina de Lima (Prefeitura Municipal de Jundiá, SP), Lucinda G. Pinheiro (7ª CRE/Passo Fundo, RS), Luiz Penna Franco (Claudia Dutra Consultoria Jurídica), Manoel Duarte (Emater-Rio/Rio Rural), Marcel Claudio Sant'Ana (Ministério das Cidades), Marcelo de Martine (Ambiental Consulting), Marcos Pellegrini Bandini (Prefeitura Municipal de Santos, SP), Maria do Socorro Mendonça (Associação Ação Ilhéus), Maria Dorotéa de Aguiar Barros Naddeo (Fundação Matutu), Mariana de O. Gianiaki (Ambiental Consulting), Mario Mantovani (SOS Mata Atlântica), Mauro Silva Runy (Uninove – GEAS, SP), Milene Maia (Gambá), Nanci Paparelli (Prefeitura Municipal de Guarujá, SP), Patrícia Ferreti Teodoro (SOS Mata Atlântica), Paula C. Sivelli (SEDR/MMA), Paulo Nelson Macuco Araujo (Prefeitura Municipal de Santos, SP), Pedro Castro (Pacto), Rafael R. Carbellini (Prefeitura Municipal de Sorocaba, SP), Ricardo Carollo Jimenez (Prefeitura Municipal de Itu, SP), Ricardo L. Senra Castro (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, RJ), Ricardo Souza Toledo Ferreira (CER Serra do Papagaio, MG), Roberto Francine Jr. (Instituto Gondwana), Sônia Cordebelle (IEF, MG), Sonia Maria Farace Braga Chaves (SEMAD, MG), Valerie Ruster (Prefeitura Municipal de Itu, SP), Valtemir B. Goldmeyer (Anamma – CNM), Vanise Sebben (Prefeitura Caxias do Sul, RS), Vivian Maitê Castro (UFPB, PB), Waldemar Bobbo (IPSA Corumbatai, Rio Claro, SP)

Realização

Esta publicação foi realizada pelo Projeto Proteção da Mata Atlântica II

O Projeto “Proteção da Mata Atlântica II” é um projeto do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no contexto da Cooperação Técnica e Financeira Brasil – Alemanha, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente, da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU). Prevê apoio técnico através da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, e apoio financeiro através do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento), por intermédio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio.

Catlogação na Fonte Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

L698 Lições aprendidas na conservação e recuperação da Mata Atlântica: Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica / Cláudia Martins Dutra. – Brasília: MMA, 2013.
100 p. : il. color. ; 25 cm. + DVD. (Série Biodiversidade, 46)

ISBN 978-85-7738-182-1

I. Lições Aprendidas. 2. Planejamento Municipal. 3. Conservação. 4. Recuperação 5. Gestão Territorial. 6. Mata Atlântica. I. Dutra, Cláudia Martins. II. Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. III. Título. IV. Série.

CDU (2.ed.) 502.1

A reprodução desta obra e dos dados contidos é permitida desde que citada a fonte. Esta permissão não se aplica às fotos, que foram cedidas exclusivamente para esta publicação. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Citação sugerida: DUTRA, Cláudia Martins. **Lições aprendidas na conservação e recuperação da Mata Atlântica: Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica.** Brasília: MMA, 2013

Sumário

Apresentação	6
1. Políticas e ações para a conservação e recuperação da Mata Atlântica	10
2. Elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica	18
2.1. Introdução	19
2.2. Estratégia adotada	21
2.3. Os projetos-pilotos	24
2.3.1. Informações sobre as entidades e os projetos desenvolvidos	26
2.4. Iniciativas de entidades parceiras	34
3. Divulgação e mobilização para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica	42
3.1. Descrição	43
3.1.1. Formas utilizadas para a divulgação e mobilização	45
3.2. Lições aprendidas	47
3.3. Recomendações	52
Resumo das lições aprendidas e recomendações na divulgação e mobilização para elaboração dos Planos Municipais	54
4. Capacitação para a elaboração de Planos Municipais da Mata Atlântica: cursos on-line e cursos presenciais	58
4.1. Descrição	59
4.2. Lições aprendidas	68
4.3. Recomendações	71
Resumo das lições aprendidas e recomendações na capacitação para a elaboração de Planos Municipais da Mata Atlântica: cursos on-line e presenciais	74

5. Elaboração dos planos demonstrativos e do Roteiro Metodológico	76
5.1. Descrição	77
5.2. Lições aprendidas	79
5.3. Recomendações	83
Resumo das lições aprendidas e recomendações na elaboração dos planos demonstrativos e do roteiro metodológico	88
6. Considerações finais	90
Referências	97
Siglas	98

Anexos: Conteúdo em DVD

1. Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (1.1. João Pessoa – PB / 1.2. Maringá – PR / 1.3. Igrejinha – RS / 1.4. Dona Emma – SC / 1.5. Curitiba – PR / 1.6. Eldorado – SP / (parcial) / 1.7. Ilhéus – BA / 1.8. Glória do Goitá – PE / 1.9. Caxias do Sul – RS) / 2. Roteiro Metodológico para a Elaboração e Implementação de Planos Municipais da Mata Atlântica / 3. Manuais de Capacitação para a Elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica (MIRA-SERRA e Gambá) / 4. Relatos dos cursos presenciais e virtuais / 5. Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica / 6. Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008 - Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica / 7. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (versão consolidada) / 8. Decreto Federal nº 7.830, de 17 de outubro de 2012 - Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural e estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental.

Apresentação





A Mata Atlântica abrangia originalmente uma área equivalente a 1.296.446 km², estendendo-se pelo território ocupado por 17 dos estados brasileiros. Hoje, os diferentes tipos de vegetação que a caracteriza ocupam 22% da área original, onde vivem aproximadamente 123 milhões de pessoas, o equivalente a 67% da população do País.

A Mata Atlântica é reconhecida como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e como Reserva da Biosfera pela Unesco. Apesar da extinção de uma quantidade já bastante elevada de suas espécies, a Mata Atlântica ainda acolhe uma das maiores biodiversidades do mundo, com uma alta incidência de espécies endêmicas, sendo, por isso, classificada como uma das cinco áreas prioritárias do planeta. Ao mesmo tempo, a Mata Atlântica oferece serviços ecossistêmicos valiosos e, sobretudo, assegura o abastecimento de água das maiores cidades brasileiras.

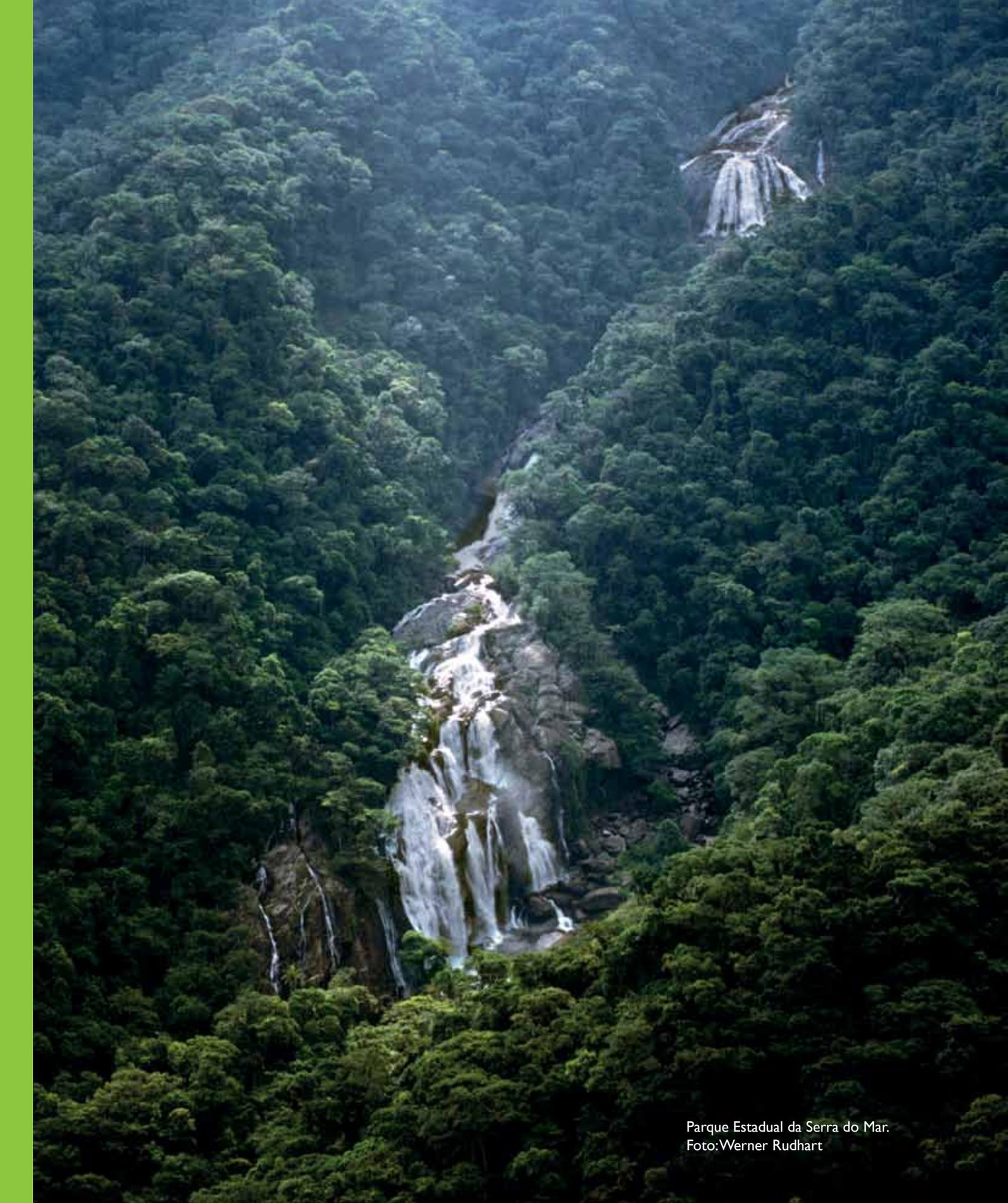
Além de sua relevância para a proteção da biodiversidade, a Mata Atlântica também é importante para a proteção do clima, pois suas formações florestais remanescentes representam importantes reservatórios de carbono. Devido ao seu potencial de restauração florestal, estimado em cerca de 17 milhões de hectares, as diferentes formações florestais da Mata Atlântica poderão capturar uma quantidade ainda maior de carbono. Por este motivo, a Mata Atlântica é considerada um sumidouro de carbono de relevância global.

Os desafios globais relacionados à redução da biodiversidade e à mudança do clima exigem a pactuação de alianças estratégicas para que possam ser enfrentados. Com uma longa história de relações bilaterais, Brasil e Alemanha assumiram uma série de responsabilidades pela proteção da biodiversidade e do clima, tanto em nível nacional quanto em nível global. Nesse contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, o Projeto Proteção da Mata Atlântica II foi implementado entre 2009 e 2012 sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com o apoio da Cooperação Técnica e Financeira Brasil-Alemanha e a participação de governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil e suas redes e representantes do setor privado.

O Projeto Proteção da Mata Atlântica II ofereceu apoio a iniciativas destinadas à expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ao fomento de mecanismos e instrumentos para o pagamento por serviços ambientais, à elaboração de planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica e ao monitoramento de sua biodiversidade e da mudança do clima, além de extensas atividades voltadas para processos de capacitação nesses temas.

Entre a ampla gama de ações realizadas com o apoio desse Projeto, também foram desenvolvidas e aperfeiçoadas experiências inovadoras por meio de projetos-pilotos orientados para os seguintes temas: (i) criação de unidades de conservação estaduais e municipais, (ii) pagamento de serviços ambientais, (iii) planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica, (iv) adequação ambiental de propriedades rurais.

Os resultados dessas experiências representam uma notável diversidade de caminhos trilhados devido tanto às suas singularidades quanto à combinação de seus elementos –atores envolvidos e arranjos institucionais formados, bem como estratégias e ações inovadoras aplicadas –, responsáveis por avanços significativos em direção à proteção da Mata Atlântica.



Parque Estadual da Serra do Mar.
Foto: Werner Rudhart

A implementação do Projeto Proteção da Mata Atlântica II ensejou a oportunidade para avaliar conjuntamente os resultados alcançados e socializar lições que possam servir como orientações para futuras estratégias de proteção. Para tanto, foi realizado um processo de sistematização das experiências apoiadas, baseado em uma reflexão conjunta realizada pelos próprios protagonistas de cada iniciativa, bem como pelos gestores públicos envolvidos no nível federal, regional e local. Assim, de forma participativa, foi construída uma análise crítica de fatores internos e externos, bem como dos elementos inibidores e potencializadores que influenciaram os resultados alcançados nesse período.

Os frutos dessa análise são apresentados em um conjunto de documentos temáticos em forma de lições aprendidas e recomendações, contendo avaliações sobre êxitos, dificuldades e sobre o consequente aprendizado. São elas:

- Aprendizagens e recomendações das experiências de criação de unidades de conservação estaduais e municipais;
- Sistematização de desafios e melhores práticas dos projetos-pilotos de pagamento por serviços ambientais;
- Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;
- Adequação ambiental de propriedades rurais a partir da experiência da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

Este volume relata especificamente a experiência dos projetos que tiveram como foco os **Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica**, preconizados pela Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica). Os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica constituem importante ferramenta para o envolvimento dos municípios como atores-chaves na gestão ambiental da Mata Atlântica e no ordenamento territorial a nível local. As experiências descritas abrangem ações de informação, mobilização e capacitação dos municípios e de formulação de planos demonstrativos que ajudaram a estabelecer um roteiro metodológico para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica, validado após um amplo processo de aprendizagem envolvendo mais de 50 instituições governamentais e não-governamentais.

Com um caminho longo na proteção da Mata Atlântica ainda na frente, pretende-se que as lições aprendidas e recomendações fornecidas por esses projetos orientem e subsidiem futuras políticas públicas, programas governamentais e iniciativas de redes interinstitucionais direcionadas à conservação e uso sustentável dessa região insubstituível para o País.

Desejamos boa leitura!

Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza

Dr. em Ecologia
Diretor do Departamento de Conservação
da Biodiversidade

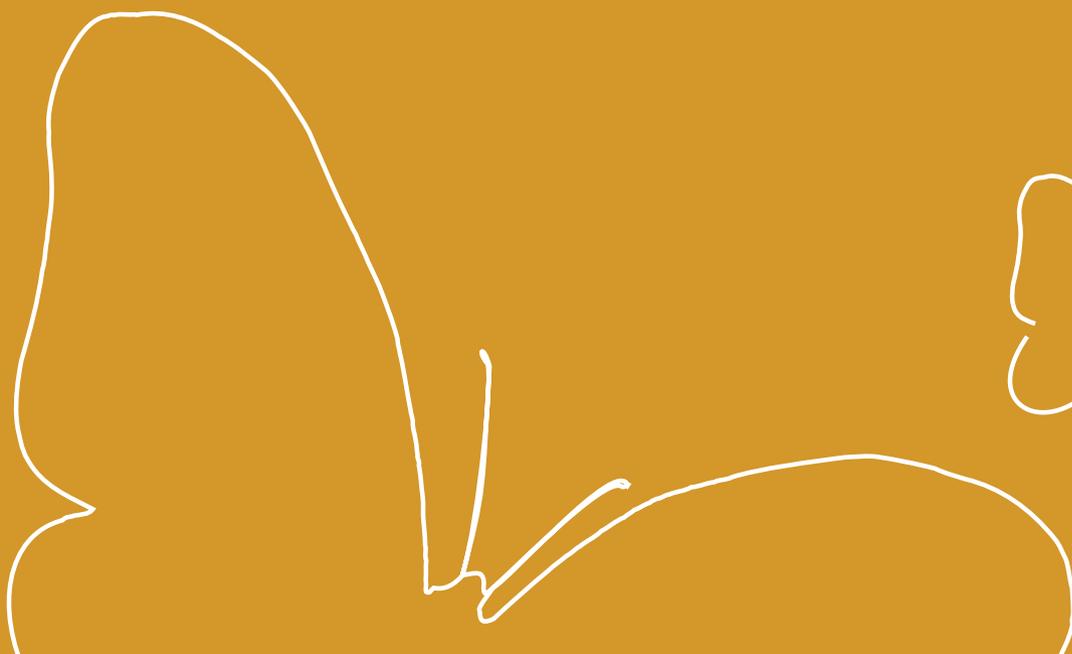
Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ingrid Prem

Diretora
Proteção e Gestão Sustentável
das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

I. Políticas e ações para a conservação e recuperação da Mata Atlântica



A Mata Atlântica abrange um conjunto de formações florestais, além de ecossistemas associados como campos naturais, restingas, manguezais e outros tipos de vegetação. O “Raio X” da Mata Atlântica hoje, apresentado a seguir, sintetiza informações gerais a seu respeito, destacando sua importância ecológica, econômica e social.

Raio X da Mata Atlântica hoje

- **Cobertura original:** 1,3 milhões de km², equivalentes a 15% do território brasileiro, abrangendo, total ou parcialmente, a superfície de 17 estados e mais de 3.400 municípios;
- **Hotspot de biodiversidade:** uma das áreas de maior biodiversidade no planeta, possuindo cerca de 20.000 espécies de plantas, cerca de 850 espécies de aves, 370 de anfíbios, 200 de répteis, 270 de mamíferos e 350 de peixes;
- **Vegetação remanescente:** 22% da área de cobertura original, considerando os diferentes estágios de regeneração das várias fitofisionomias, ou cerca de 8% dessa mesma área, se considerados apenas remanescentes de fragmentos florestais bem conservados maiores que um quilômetro quadrado;
- **Cobertura por UC:** aproximadamente 100.000 km², ou cerca de 8% da área original da Mata Atlântica, sendo 34.000 km² em unidades de conservação de proteção integral e 65.000 km² de uso sustentável;
- **Mosaicos de UC:** dez mosaicos reconhecidos oficialmente, somando aproximadamente 57.000 km²;
- **Importância econômica:** abriga uma população estimada em aproximadamente 123 milhões de habitantes (por volta de 65% da população brasileira), incluindo as maiores cidades do País, onde são gerados 70% da produção econômica nacional;
- **Serviços ecossistêmicos:** asseguram, entre outras coisas, a regulação do fluxo dos mananciais, a fertilidade do solo, o equilíbrio do sistema climático, a proteção de escarpas e encostas das serras e a disponibilidade de paisagens de grande beleza cênica para atividades em contato com a natureza;
- **Mata Atlântica e mudanças climáticas:** as formações florestais remanescentes constituem significativos reservatórios de carbono; seu potencial para restauração florestal foi estimado em mais de 17 milhões de hectares.

Fontes: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, 2012; Ibama, 2012; Campanili e Schaffer, 2010; Guedes e Seehusen, 2011; Conservação Internacional, 2013; Rodrigues *et al.*, 2009; Lino *et al.* 2012.

A situação atual da Mata Atlântica reforça o desafio e a responsabilidade dos governos e da sociedade na implementação de ações integradas visando a proteção dos remanescentes e a restauração de sua vegetação para assegurar a funcionalidade dos ecossistemas e a manutenção dos serviços prestados, essenciais para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, estão sendo repactuados compromissos para a **conservação e recuperação da Mata Atlântica**, discutindo as grandes linhas políticas e metas. Sua finalidade é garantir um maior alinhamento dos esforços e ações nas diferentes esferas de governo, junto com as iniciativas da sociedade civil e do setor privado, em prol da conservação e da recuperação da Mata Atlântica.



Mata Atlântica.
Foto: Werner Rudhart

Arcabouço legal de proteção à Mata Atlântica

A Constituição Federal de 1988 considera a Mata Atlântica como Patrimônio Nacional e determina que “sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de seus recursos naturais”. Para dar efetividade a esse dispositivo constitucional, uma série de atos normativos, composta por leis e resoluções, foi aprovada nas esferas federal, estadual e municipal.

No âmbito federal, a Lei 11.428/2006, conhecida como Lei da Mata Atlântica, regula a utilização e a proteção de suas diferentes formas de vegetação nativa. Seu objetivo é promover a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica no País – não apenas a vegetação primária, mas também a vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração – e criar meios para que áreas já desmatadas sejam regeneradas. O Decreto federal 6.660/2008, que regulamenta a Lei 11.428/2006, estabelece condições sob as quais pode haver intervenção ou uso sustentável nos remanescentes de Mata Atlântica.

A Lei 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, substituindo o Código Florestal de 1965, considera as florestas e demais formas de vegetação nativa “bens de interesse comum a todos os habitantes” e, desta forma, condiciona o exercício do direito de propriedade e os usos com fins comerciais a certas exigências legais. Ao mesmo tempo, essa lei ratifica o papel da área de preservação permanente (APP) e da reserva legal como figuras jurídico-ambientais fundamentais para a proteção da vegetação nativa e estabelece a obrigatoriedade da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para todos os imóveis rurais.

Além desses dispositivos legais, uma série de resoluções do Conama foi aprovada ao longo das últimas duas décadas, reforçando e regulamentando a legislação destinada a proteger a Mata Atlântica.

Para garantir que a Mata Atlântica continue contribuindo com o desenvolvimento regional, é necessário implantar ações urgentes visando proteger e recuperar a biodiversidade que a caracteriza, bem como manter os serviços ecossistêmicos que ela presta. Essas ações, destacadas a seguir, são importantes ainda por contribuir para que o Brasil alcance o cumprimento das Metas de Aichi, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, e os compromissos contidos na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima.

Ações que promovam a conectividade entre fragmentos

Grande parte dos fragmentos florestais remanescentes não está suficientemente protegida e, na maior parte dos casos, se encontra em propriedades privadas. A alta fragmentação desses remanescentes representa uma ameaça especialmente significativa para a preservação da biodiversidade ainda existente. Diante disso, é necessário adotar medidas que promovam a conectividade entre fragmentos – como a criação de corredores ecológicos, mosaicos, reservas privadas e outras categorias de UC, especialmente para proteger fitofisionomias ainda insuficientemente representadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A responsabilidade pela criação e implantação dessas áreas é compartilhada entre União, estados e municípios e os proprietários privados, devendo todos ainda aprimorar a efetividade de gestão das UC existentes e das recém-criadas.

Adoção de programas de restauração florestal

Diante da necessidade de recuperação de sua cobertura florestal original, é imprescindível a adoção de um extenso programa de restauração de áreas desmatadas e degradadas para que a Mata Atlântica possa continuar prestando seus serviços ecossistêmicos. Para tanto, deverão ser utilizadas, sobretudo, espécies nativas. O potencial de áreas com baixa aptidão agrícola e que, conseqüentemente, podem ser aproveitadas para a restauração, é estimado em 17 milhões de hectares, e sua recuperação representará uma contribuição significativa do Brasil ao esforço global para conter a mudança do clima através da fixação massiva de carbono. Os instrumentos criados pela nova legislação florestal, especialmente o CAR, e os respectivos programas de reflorestamento de áreas desmatadas e degradadas devem ser implementados rapidamente como forma de contribuir para que este objetivo seja atingido.

Estratégias e ferramentas econômicas para incentivar a proteção e recuperação da Mata Atlântica

Devem ser aprimorados e difundidos sistemas de incentivo econômico que motivem os proprietários rurais e outros atores a promoverem a proteção e a recuperação da Mata Atlântica, incluindo iniciativas de valoração e pagamento por serviços ecossistêmicos. Nesse sentido, está em discussão no Congresso Nacional o Projeto de Lei 792/2007, que dispõe sobre o **Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais**, cuja finalidade é definir os serviços ambientais e instituir o pagamento por esses serviços, e que constituirá importante complemento aos esforços de desenvolvimento territorial sustentável na Mata Atlântica. Vários estados e municípios já criaram normas legais e mecanismos de implementação e financiamento para o tema, de forma que se espera que esse Programa atue em conjunto com iniciativas estaduais e municipais. Esse instrumento econômico contribuirá com outros que já vêm sendo implementados com sucesso, como o ICMS Ecológico ou a compensação ambiental que deve ser paga pelos empreendimentos de significativo impacto ambiental.

Fortalecimento dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

A integração dos municípios ao esforço de proteção da Mata Atlântica é um passo estratégico. Os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica foram instituídos pela Lei Federal 11.428/2006, impulsionando a imprescindível participação dos municípios na busca da sustentabilidade e da proteção das fisionomias vegetais que a integram. Devem ser fortalecidas as capacidades dos gestores municipais para que esses planos sejam elaborados de forma complementar aos planos diretores dos municípios numa visão de gestão municipal integrada. Sua aprovação pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente deve reforçar a participação de vários setores de governo e da sociedade civil nos municípios.

Recuperação de bacias hidrográficas degradadas e gestão de riscos

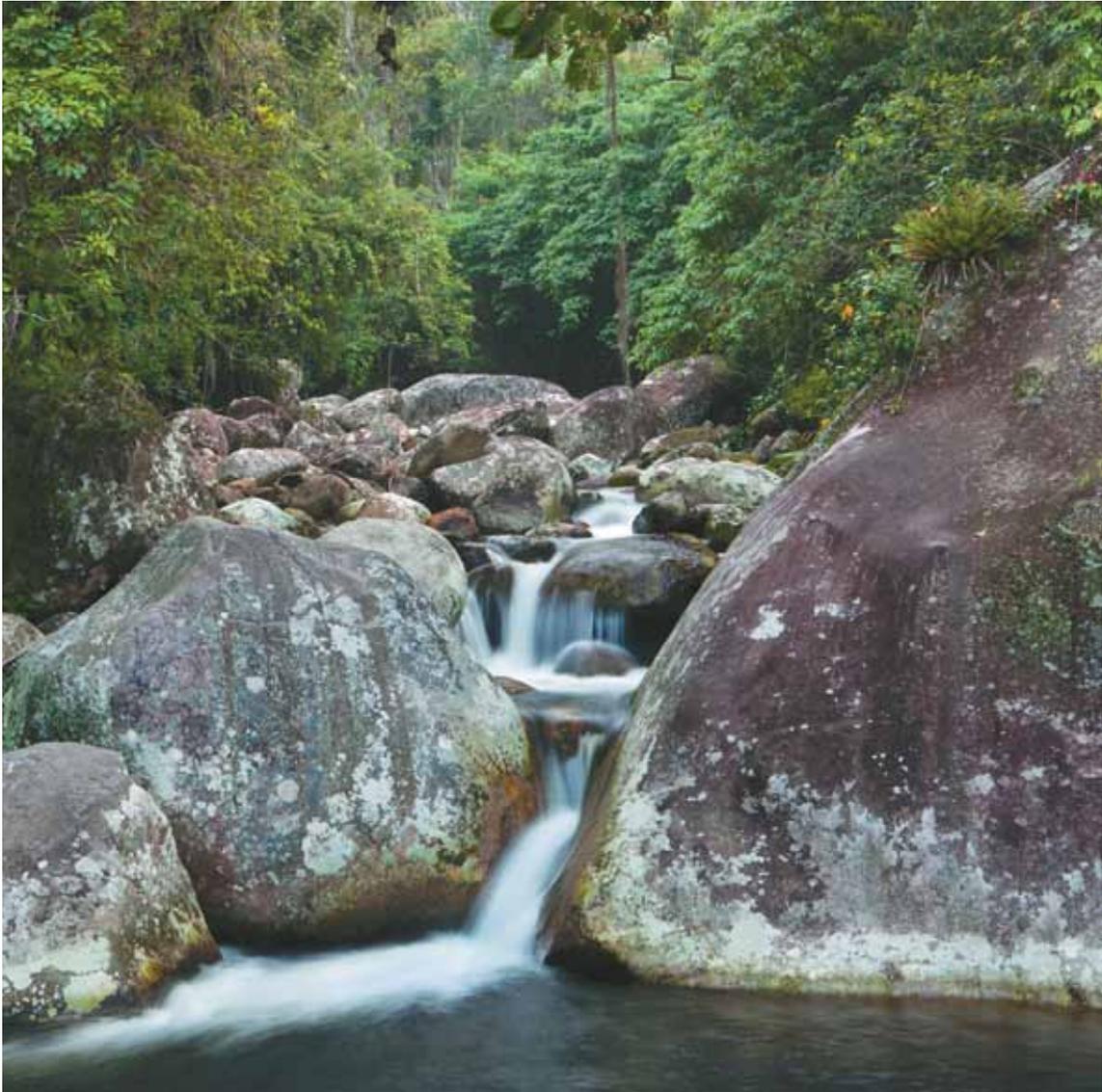
A degradação dos solos e das águas nas bacias hidrográficas inseridas no domínio da Mata Atlântica – seja pela destruição de APP, seja pela poluição por esgoto doméstico, industrial, ou por agrotóxicos – gera danos socioeconômicos consideráveis e, conseqüentemente, custos sociais como aqueles decorrentes de inundações e deslizamentos de terra. A fim de garantir a manutenção do abastecimento de água a mais de 60% da população brasileira, as bacias em estado crítico precisam ser cartografadas e medidas para sua recuperação devem ser tomadas com urgência. Nos últimos anos, foram registrados grandes danos e milhares de mortes, sobretudo na região da Mata Atlântica, causados por eventos climáticos extremos, potencializados pela mudança do clima. São necessárias ainda ações de gestão de riscos, principalmente medidas preventivas que viabilizem a efetiva proteção de encostas e margens de rios, bem como medidas para o reassentamento de ocupantes dessas áreas.

Ações para prevenir os efeitos da mudança do clima

Compreender e considerar os fatores climáticos no processo de gestão da Mata Atlântica constitui um dos principais desafios para a região. Novos estudos são necessários para compreender a vulnerabilidade de seus ecossistemas, altamente fragmentados, à mudança do clima atualmente em curso. Também é necessário compreender melhor que papel a recuperação da Mata Atlântica pode desempenhar nos processos de adaptação dos ecossistemas e das comunidades humanas, bem como seu impacto sobre o sequestro do carbono atmosférico e sobre a redução de emissões de gases de efeito estufa, ainda não adequadamente quantificados. As unidades de conservação representam um relevante sumidouro global de carbono, constituindo um pilar da política nacional do clima para alcançar as metas voluntárias de redução de emissões por meio do desmatamento evitado. Contudo, é uma necessidade urgente aplicar um planejamento do uso da terra que considere, entre outros fatores, as vulnerabilidades do território, além do seu potencial de contribuir para a adaptação e mitigação às mudanças climáticas. A criação de unidades de conservação em regiões e paisagens ameaçadas ou vulneráveis; a efetiva proteção de APP e reservas legais e a aplicação de boas práticas de manejo do solo na atividade agropecuária podem contribuir para a redução de deslizamentos de terra, de inundações e do assoreamento de cursos d'água. São, portanto, boas soluções para a adaptação à mudança climática e a prevenção de riscos provocados pelo uso inadequado da terra.

Fortalecimento da exploração sustentável de espécies de plantas tradicionais

A exploração sustentável de espécies de plantas tradicionais presta contribuição importante para a proteção e o uso econômico de longo prazo dos recursos naturais dessa região. Por exemplo, o cultivo e o processamento da erva mate, originária da Mata Atlântica, oferece mais empregos no Brasil do que o setor automobilístico. Através de novas tecnologias, formação continuada dos produtores, incentivos econômicos e fomento a arranjos produtivos locais com o consequente fortalecimento das cadeias de valor como um todo, esse potencial pode ser aproveitado ainda mais.



Rio Paquequer no Parque Nacional Serra dos Órgãos.
Foto: Werner Rudhart

Abordagens econômicas baseadas na ecologia e, sobretudo, na integração de serviços ecossistêmicos a processos produtivos empresariais podem impulsionar significativamente essas atividades.

Contribuição de estados e municípios para a proteção da Mata Atlântica

Alguns estados e municípios contam com legislação e programas próprios voltados para a utilização e proteção da Mata Atlântica. Na área de pagamentos por serviços ambientais, por exemplo, a Lei Municipal 2.100/2005, de Extrema (MG), é considerada uma iniciativa pioneira em termos de legislação no Brasil por ter criado a possibilidade do repasse de recursos do orçamento municipal aos produtores rurais, desde que estes adotem práticas de restauração e conservação florestal e do solo e saneamento rural. No âmbito estadual, a lei 8.995/2008, do Espírito Santo, que instituiu o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, é considerada a primeira política estadual para o setor. Destina-se aos proprietários rurais que reservam parte de suas propriedades para fins de preservação e conservação da cobertura florestal com objetivos que incluem conservar e melhorar a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos. Há, ainda, várias outras iniciativas municipais e estaduais de outras partes do País que contribuem para a proteção da Mata Atlântica.

Iniciativas integradas entre a sociedade civil, o setor privado e o setor público para a proteção da Mata Atlântica

A gravidade da situação da Mata Atlântica requer que todos os setores da sociedade repactuem compromissos e metas para sua conservação e recuperação. Sob uma política orientadora de objetivos e metas gerais para biodiversidade e clima, muitas importantes iniciativas de proteção à Mata Atlântica têm sido impulsionadas pela sociedade civil organizada e pelo setor empresarial, frequentemente em cooperação com o setor público. Exemplos relevantes de colegiados e redes não-governamentais em prol da Mata Atlântica incluem o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica (Pacto), que integra governos, empresas, universidades e proprietários com o objetivo comum de promover a restauração de seus ecossistemas; o Diálogo Florestal, integrado por empresas de base florestal e entidades da sociedade civil com o objetivo de promover ações efetivas associadas à produção florestal, ampliar a escala dos esforços de conservação e restauração e gerar benefícios para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral; a Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica, que congrega 300 entidades da sociedade civil de todos os estados cobertos pela Mata Atlântica, e o Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que, por meio de propostas de projetos-pilotos considerados estratégicos, trabalha para a implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O diálogo entre a sociedade civil e as entidades governamentais municipais, estaduais ou federais é essencial para que essas iniciativas ganhem escala e promovam mudanças estruturais e impactos sustentáveis, de modo a possibilitar que as futuras gerações também se beneficiem da Mata Atlântica.

2. Elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica



2.1. Introdução

Os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica foram instituídos pela Lei Federal nº 11.428/2006, como um instrumento de efetivação da política de conservação e preservação desse importante bioma, considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal.

A referida Lei Federal dispõe, em seu artigo 38, que “serão beneficiados com recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica os projetos que envolvam a conservação dos remanescentes de vegetação nativa, pesquisa científica ou áreas a serem restauradas, implementados por municípios que possuam plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente”.

Trata-se, portanto, de promover maior engajamento dos municípios com relação aos objetivos maiores da política nacional de proteção da Mata Atlântica, demandando-se, para tanto, que sejam elaborados planos municipais, contendo as medidas necessárias à conservação dos remanescentes de vegetação nativa e à recuperação das áreas degradadas existentes em seu território. A Lei Federal, ao dar os contornos dos Planos Municipais da Mata Atlântica, determina que os planos sejam submetidos à aprovação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente como forma de propiciar a participação da sociedade civil que, ao lado do poder público, integra a composição desses órgãos colegiados.

O Plano Municipal da Mata Atlântica tem o importante papel de indicar projetos e ações prioritárias a serem adotadas no território municipal para que haja a conservação de sua vegetação nativa e para que áreas degradadas sejam recuperadas. Esse rol de ações, quando claramente estabelecidas, permite que haja um planejamento financeiro, ou seja, a avaliação do montante de recursos necessários para a efetivação das ações previstas. Permite, ademais, que ações e medidas complementares sejam adotadas, de forma que haja o fortalecimento da gestão ambiental, dotando-a de melhores recursos técnicos e administrativos.

No que se refere aos recursos financeiros para colocar em prática o Plano Municipal da Mata Atlântica, as fontes alternativas existentes devem ser buscadas em cada caso. Há municípios, por exemplo, que estão utilizando os projetos contidos nos Planos Municipais da Mata Atlântica para nortear a destinação dos recursos provindos das compensações ambientais.

Conteúdo mínimo dos Planos Municipais da Mata Atlântica

O conteúdo mínimo do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica foi regulamentado pelo art. 43 do Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008. Deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

- diagnóstico da vegetação nativa com mapeamento dos remanescentes em escala 1:50.000 ou maior;
- indicação dos principais vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa;
- indicação de áreas prioritárias para conservação e recuperação da vegetação nativa;
- indicação de ações preventivas aos desmatamentos ou destruição da vegetação nativa e de conservação e utilização sustentável da Mata Atlântica no Município.

A importância do Plano Municipal de Mata Atlântica é inegável, pois é um relevante instrumento de planejamento ambiental do município por promover o mapeamento dos remanescentes florestais, indicar as áreas prioritárias para a conservação e recuperação da vegetação nativa, bem como indicar as ações preventivas para coibir desmatamentos, entre outros aspectos. Com isto, o Plano Municipal de Mata Atlântica revela outra importante característica, qual seja, ser elemento fundamental para a política de ordenamento territorial do município, podendo fornecer importantes insumos para os demais instrumentos de planejamento municipal, como o Plano Diretor e os planos setoriais, como os de habitação, de saneamento ambiental, entre outros. Nesse sentido, passa a ser parte integrante do processo de planejamento municipal.

Ao indicar as áreas cobertas por vegetação nativa, com vistas à sua conservação e recuperação, o Plano Municipal de Mata Atlântica também revela interfaces com as demais políticas, como a de proteção dos recursos hídricos, e estreita relação com instrumentos de política ambiental, como a criação de unidades de conservação e o Cadastro Ambiental Rural, contemplado no Código Florestal.

Apesar de concebidos como planos de âmbito municipal, os Planos Municipais da Mata Atlântica podem ser utilizados para a promoção de medidas de âmbito regional, com a mobilização de municípios que integrem recortes espaciais mais amplos, como os mosaicos de unidades de conservação, as bacias hidrográficas ou áreas onde haja interesse em se tratar a vegetação nativa de forma abrangente, favorecendo ações supramunicipais. Nesse sentido, favorecem a adoção de políticas de âmbito regional e estadual, como o que ocorreu no Noroeste Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, onde estão sendo elaborados, concomitantemente, 15 Planos Municipais da Mata Atlântica. Experiências dessa natureza demonstram que os Planos Municipais da Mata Atlântica podem ser importantes elementos das políticas nacional e estadual de meio ambiente, além de fortalecerem o papel dos municípios como atores da conservação e recuperação da vegetação nativa da Mata Atlântica.

2.2. Estratégia adotada

Ao se constatar a relevância da Mata Atlântica e seu *status* atual de fragmentação e degradação, decorrente da falta de planejamento, principalmente ligado à ocupação territorial, é impossível visualizar a sua conservação e recuperação sem uma efetiva contribuição dos municípios. São 3.410 os municípios incluídos total ou parcialmente na Mata Atlântica, abrigando cerca de 120 milhões de pessoas, em 17 estados brasileiros.

Tabela I - Municípios incluídos na Mata Atlântica, por região

Municípios incluídos na Mata Atlântica, por região:
Nordeste: 703 municípios
Sudeste: 1.506 municípios
Sul: 1.130 municípios
Centro-Oeste: 71 municípios

Apesar de importante instrumento de planejamento ambiental, o Plano Municipal da Mata Atlântica não é obrigatório. Assim sendo, e por ter sido recentemente instituído, fez-se necessário adotar medidas voltadas à sua divulgação e ao fomento de sua elaboração. Este foi um dos principais objetivos do Projeto Proteção da Mata Atlântica II.

A estratégia adotada pelo Projeto Proteção da Mata Atlântica II para fomentar a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica compreendeu as seguintes atividades prioritárias:

- a **sensibilização e a mobilização**, em larga escala, dos municípios inseridos na Mata Atlântica;
- a elaboração, de forma participativa, e a validação do **roteiro metodológico** para orientar a elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica;
- a oferta de **capacitação** para os envolvidos na elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica;
- o apoio à elaboração de **planos demonstrativos**.

O Projeto teve como um dos principais pilares de sua atuação as atividades de sensibilização e de mobilização, objetivando divulgar e motivar o maior número possível de municípios para a elaboração desses planos. Ao mesmo tempo, buscou determinar, com mais clareza, qual deveria ser a forma de elaborar o Plano Municipal da Mata Atlântica, já que a Lei da Mata Atlântica e o decreto que a regulamenta mencionam apenas o conteúdo mínimo de tais planos. Nesse sentido, foi construída, com a contribuição obtida no decorrer do processo de formulação dos planos demonstrativos, uma proposta metodológica para orientar os municípios quanto aos procedimentos de elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica.

Essa proposta foi consubstanciada no Roteiro Metodológico para a Elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica. Esse roteiro foi elaborado de forma participativa, envolvendo os executores dos projetos que foram, *pari passu*, testando e construindo a proposta metodológica que, ao final do processo, foi validada por todos os participantes.

O Roteiro Metodológico contém indicações sobre o conteúdo dos Planos Municipais da Mata Atlântica e o método a ser utilizado quando de sua elaboração, que é o do planejamento estratégico. São descritas as várias etapas de elaboração dos planos, bem como indicadas as fontes de dados, informações e bases cartográficas que podem ser utilizadas. O Roteiro Metodológico encontra-se no anexo a esta publicação¹.

Outro eixo de atuação do Projeto Proteção da Mata Atlântica II foi o apoio à elaboração de planos demonstrativos, selecionados nas regiões Nordeste, Sul/Centro-Oeste e Sudeste, de forma que fosse construída uma experiência prática de elaboração de Planos Municipais da Mata Atlântica em cada região. Essa experiência foi importante para que se formulasse uma metodologia de elaboração dos planos compatível com a realidade municipal e capaz de ser replicada em outros municípios do país.

Assim sendo, o processo de elaboração dos planos demonstrativos forneceu importantes insumos para a consolidação do Roteiro Metodológico de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica. Além da divulgação e da mobilização, a estratégia do Projeto incluiu as atividades de capacitação dos atores relevantes para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica, tendo em vista o número reduzido de técnicos em nível local, com pouca diversidade de especialidades no tocante à gestão ambiental e, em especial, às técnicas de planejamento.

¹ O Roteiro Metodológico para a Elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica foi publicado pelo Ministério do Meio Ambiente, na série Biodiversidade 48, disponível no site <http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/142-serie-biodiversidade>

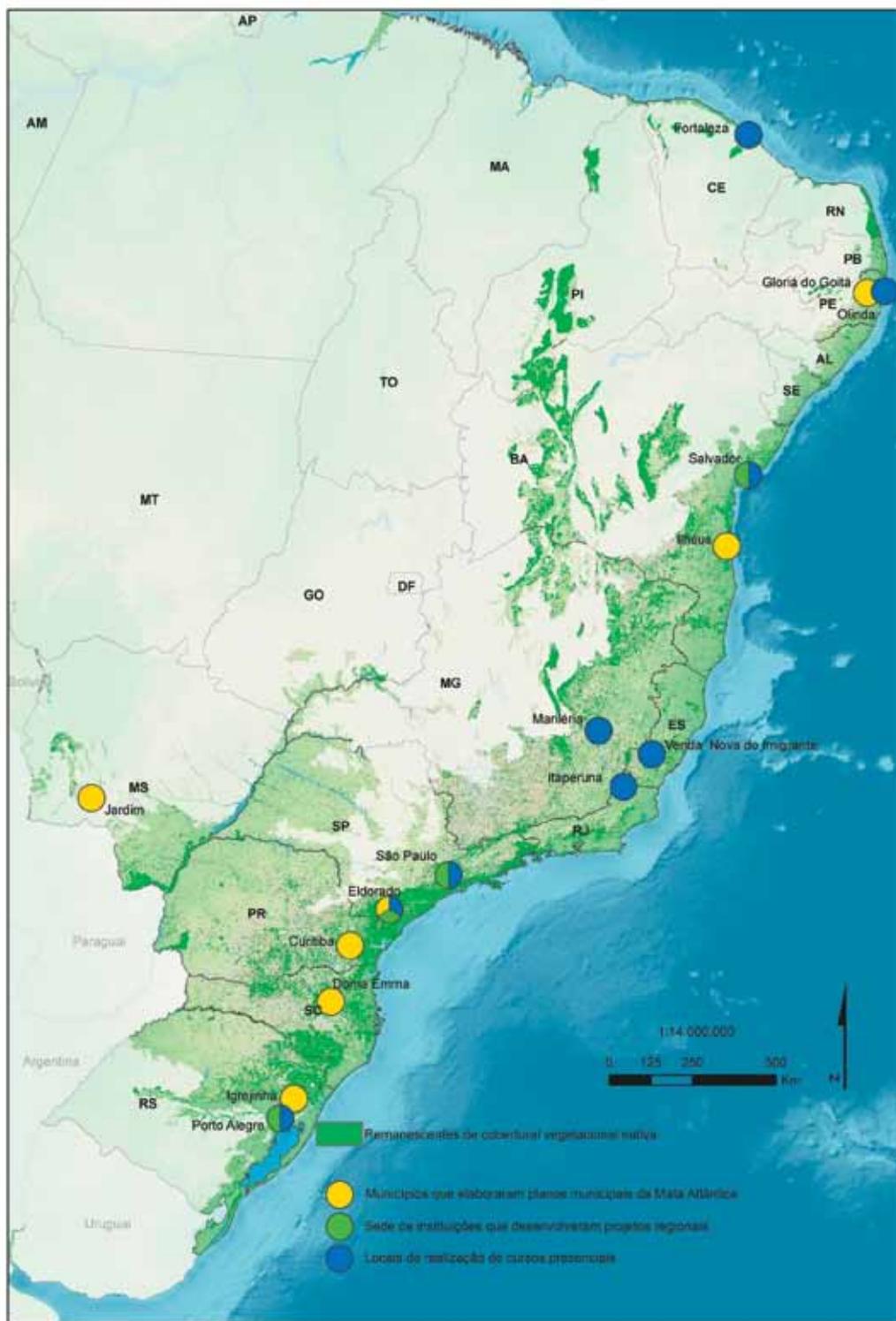


Figura 1- Mapa da Mata Atlântica.
Mapa: Yuri Salmons

2.3. Os projetos-pilotos

Para colocar em prática as atividades acima mencionadas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) atuou de forma descentralizada, com foco regional, mediante contratação de três organizações não-governamentais e uma empresa de consultoria.

A tabela 2 apresenta as atividades desenvolvidas pelas entidades contratadas e o âmbito de sua atuação.

Tabela 2 - Atividades e entidades contratadas pelo MMA

Atividades	Entidades	Região
Divulgação, Mobilização e Capacitação Elaboração de 2 Planos Demonstrativos	Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia – Salvador (BA)	Nordeste: Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí planos municipais: Ilhéus (BA) e Glória do Goitá (PE)
Divulgação, Mobilização e Capacitação Elaboração de 4 Planos Demonstrativos	ONG MIRA-SERRA, Porto Alegre (RS)	Sul e Centro Oeste: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul planos municipais: Igrejinha (RS), Dona Emma (SC), Curitiba (PR) e Jardim (MS)
Divulgação, Mobilização e Capacitação	Ambiental Consulting, São Paulo (SP)	Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo
Divulgação, Mobilização e Capacitação no Vale do Ribeira Elaboração de I Plano Demonstrativo	Instituto Socioambiental ISA, São Paulo (SP)	Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape/Litoral Sul (SP/PR) planos municipais: Eldorado (SP)



Oficina de capacitação dos municípios selecionados para o projeto em Porto Alegre (RS).
Foto: acervo MIRA-SERRA

2.3.1. Informações sobre as entidades e os projetos desenvolvidos



Grupo Ambientalista da Bahia - Gambá, Região Nordeste

Objetivo da entidade: Atuar permanentemente na conservação dos ecossistemas, na formação da cidadania e na implantação de políticas públicas, ambientalmente sustentáveis, com a participação da sociedade

Endereço: Av. Juracy Magalhães Junior, 768, edifício RV Center, sala 102, Rio Vermelho, Salvador, Bahia – CEP: 41.940-060

Contatos: Telefax (71) 3240-6822 / e-mail: gamba@gamba.org.br e renato@gamba.org.br / Site: www.gamba.org.br

O Projeto desenvolvido:

O Gambá desenvolveu o projeto “Capacitação para Implementação de Planos Municipais de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica no Nordeste e elaboração de Planos Demonstrativos na Região”, aprovado como projeto 470 do Componente Mata Atlântica do PDA/MMA.

O projeto criou um conselho gestor com representantes das parcerias estabelecidas, como a Anamma, o Ingá, o IMA, a RMA, a Fundação SOS Mata Atlântica e entidades filiadas à RMA na região (IESB, Flora Brasil, SNE, APAN, Aspoan, Instituto Ambiental). O conselho teve como função definir a metodologia do projeto, definir os critérios para a escolha dos municípios a serem capacitados e os municípios onde foram elaborados os Planos Municipais da Mata Atlântica.

Os critérios adotados para a escolha dos municípios foram:

- concordância formal da Administração Municipal para a realização do Plano Municipal da Mata Atlântica;
- existência, no município, de projeto, em execução ou planejado, de conservação ambiental;
- localização do município em território de aplicação da Lei da Mata Atlântica;
- existência e funcionamento regular do Conselho Municipal do Meio Ambiente, de caráter deliberativo.

A partir dos critérios definidos, foram escolhidos dois municípios: Ilhéus, na Bahia, e Glória do Goitá, em Pernambuco. A elaboração desses planos demonstrativos foi feita de forma participativa, com os atores locais, como os representantes da Administração Municipal, os membros dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e os representantes da sociedade civil organizada.

Foram contratadas consultorias específicas para a elaboração dos planos: a Associação DIPAM-KARA, para Ilhéus (BA), e a Sociedade Nordestina de Ecologia, para Glória do Goitá (PE).

As capacitações para a elaboração e implementação dos planos municipais foram realizadas nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, abrangendo municípios escolhidos a partir de critérios estabelecidos pelo conselho gestor, como representantes da Administração Municipal, membros de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e representantes da sociedade civil.

Foram realizados três seminários - um na Bahia, outro em Pernambuco e outro no Ceará - para a disseminação da Lei da Mata Atlântica, de seu contexto regional e dos planos e programas existentes. Foi elaborado um manual de capacitação para a elaboração e implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica.

Municípios atendidos diretamente pelo projeto:

Bahia: Esplanada, Porto Seguro, Mucuri, Cândido Sales, Mata de São João, São Sebastião do Passé, Andaraí, Eunápolis, Itabela e Salvador

Pernambuco: Ipojuca, Olinda e Recife

Paraíba: Cabedelo e João Pessoa

Alagoas: Pilar e Maceió

Sergipe: Aracaju

Rio Grande do Norte: Natal e Tibau do Sul

Ceará: Mulungu, Fortaleza, Icapuí, Pacoti, Viçosa do Ceará, Aratuba, Ipu, São Benedito, Maranguape, Pacatuba, Baturité, Maracanaú e Caucaia

Piauí: Parnaíba, Teresina

MIRA-SERRA – Regiões Sul e Centro-Oeste



Objetivos da entidade: : entidade de caráter científico e cultural, a MIRA-SERRA (Monitoramento Integrado dos Recursos Ambientais-Sustentabilidade Extensiva aos Recursos Renováveis e Água) visa à preservação e à conservação da biodiversidade e dos ecossistemas do Rio Grande do Sul, com ênfase na Mata Atlântica.

São ações da entidade: estudos de fauna e flora, translocação de animais silvestres, estudo da cultura indígena, ações em educação ambiental, elaboração de planos municipais de cunho ambiental, projetos e campanhas ambientais, supervisão e orientação de acadêmicos em estágio, monitoramento dos mananciais hídricos, atuação em políticas públicas (Consema-RS, CERBMA-RS, comitês de bacia hidrográfica, Conama, CN-RBMA, FNMA).

Endereço: Secretaria Executiva: Av. Lageado, 1360/20, Porto Alegre, RS

Núcleo de Pesquisa: Cerro João Ferreiro, s/nº, São Francisco de Paula, na RPPN MIRA-SERRA, RS.

Contato: Fones: (51) 9267.4201 e (54) 9189-7731 / miraserra@miraserra.org.br / Site: www.miraserra.org.br

O projeto desenvolvido:

A ONG MIRA-SERRA desenvolveu o projeto “Planos Municipais de Mata Atlântica”, aprovado como Projeto 536 do Componente Mata Atlântica do PDA/MMA.

Este projeto teve por objetivos a elaboração e a realização de curso de capacitação para técnicos de prefeituras e conselheiros ambientais municipais, visando a elaboração e aprovação de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Teve, por objetivo adicional, fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

Para tanto, foi formada uma equipe multidisciplinar com a atribuição de elaborar o plano de ação do projeto e o plano de monitoria participativo, além de participar em todas as fases do desenvolvimento dos Planos Municipais da Mata Atlântica na Região Sul. Destaque para as parcerias do Projeto, entre as quais, o Comitê Estadual da RBMA-RS e a SEMA-Fundação Zoobotânica.

Com a participação de 22 municípios de quatro estados, o curso de capacitação foi realizado em Porto Alegre, com auxílio da Anamma, Famurs, RMA, CERBMA-RS e das ONG Apremavi (SC), Mater Natura (PR) e IASB (MS). Essas quatro últimas entidades desenvolveram atividades de divulgação e de capilarização dos Planos Municipais da Mata Atlântica nos Estados onde atuam. Foi elaborado o Manual de Capacitação para a Elaboração e Implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica nas Regiões Sul e Centro-Oeste.

Entre os municípios que participaram do curso de capacitação, foram selecionados os que teriam o auxílio da equipe multidisciplinar e da equipe permanente do projeto, além de consultoria contratada, para a elaboração de seus respectivos planos municipais demonstrativos, a saber: Igrejinha (RS), aprovado em 17/9/2012, pioneiro no estado; Dona Emma (SC), aprovado em 30/7/2012, também pioneiro no estado; Curitiba (PR) e Jardim (MS).

De forma a divulgar e implementar a Lei 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica), as informações acerca do projeto, assim como os planos elaborados, estão disponibilizados em meio digital para os municípios da região sul do Brasil. A MIRA-SERRA criou uma página para o Plano Municipal da Mata Atlântica em seu site, com todo o histórico e os dados de interesse sobre esse processo. A entidade também se coloca à disposição para auxiliar os municípios interessados em elaborarem seus Planos Municipais da Mata Atlântica.

Ambiental Consulting – Região Sudeste



Objetivo da entidade: a Ambiental Consulting é uma empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria ambiental. Desde 2000, realiza diversos projetos em todas as regiões do Brasil.

Endereço: Rua Hilário Magro Jr., 44, CEP: 05505-020, São Paulo – SP

Contatos: (11) 3813-8226 e-mail: ambiental@ambiental.etc.br /
Site: www.ambiental.etc

O projeto desenvolvido:

A Ambiental Consulting desenvolveu a mobilização e capacitação para a elaboração e implementação de Planos Municipais da Mata Atlântica nos quatro estados da Região Sudeste, conforme o Termo de Referência nº 2011080310331832, publicado pelo Funbio/ AFCoF II para a contratação de serviços de consultoria (Pessoa Jurídica) no âmbito do Projeto Proteção da Mata Atlântica II. Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Etapa I: Mobilização e divulgação

- elaboração dos materiais de divulgação;
- instituição de um *website* interativo, constantemente atualizado, ao longo da execução do projeto;
- elaboração de folder para auxiliar no processo de divulgação junto aos atores locais;
- contatos com entidades e prefeituras;

- ações de sensibilização e mobilização, juntamente com os parceiros, sobre a importância e a necessidade da elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica;
- realização de palestras;
- participação em eventos voltados aos municípios (feiras, *workshop*, oficinas, seminários, encontros, programa de TV etc.);
- notícias, artigos e comunicados nos jornais e revistas regionais, principalmente os que tratam de temas municipais;
- divulgação pelos meios de comunicação das entidades parceiras onde foram colocados *links* remetendo ao *website* do projeto.

ETAPA II – Capacitação

- realização de quatro cursos nos estados da Região Sudeste;
- capacitação através do *website* do projeto, com os mesmos recursos didáticos em formato *on-line*, além de *chats* com os palestrantes e entre os participantes.

No final do projeto foi realizado um seminário para avaliar as atividades realizadas e estimular a continuidade das ações pelos atores envolvidos. Esse projeto, realizado na Região Sudeste, não contemplou apoio a planos demonstrativos junto aos municípios. Devido à grande procura pelo curso *on-line*, e por solicitação do Projeto Proteção da Mata Atlântica II, foi realizada uma segunda rodada do curso, iniciada em abril de 2013, aberta a todos os estados do Brasil.

Instituto Socioambiental (ISA) - Vale do Ribeira (SP e PR)



O Instituto Socioambiental (ISA) é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) fundada em 1994 por pessoas com formação e experiências marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

Contatos: (11) 3515-8931 e (13) 8127-3344/ Skype: ivywiens / Site: www.socioambiental.org

O projeto desenvolvido:

O ISA desenvolveu o projeto “Conservação e Recuperação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira: planejamento socioambiental do Município de Eldorado”, aprovado como Projeto 493 do Componente Mata Atlântica do PDA/MMA.

O Instituto Socioambiental apresentou o projeto pensando no Plano Municipal da Mata Atlântica como uma estratégia de desenvolvimento. Seu objetivo é promover a conservação e recuperação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira, através da capacitação de gestores e líderes comunitários e da elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Eldorado (SP).

Foram realizadas capacitações com gestores, lideranças e atores locais em todos os 30 municípios do território do Vale do Ribeira, nos estados do Paraná e São Paulo, seguindo divisão estabelecida na Campanha Cílios do Ribeira, iniciativa do ISA e do Instituto Ambiental Vidágua para a recuperação das matas ciliares da região. A citada campanha identificou, através de mapeamento e atividades de campo, aproximadamente 23 mil hectares de matas ciliares degradadas, o que mostra que o uso e ocupação do solo ocorrem, em grande parte, nesses espaços que deveriam estar protegidos.

A tônica desse projeto, desde sua concepção, foi fomentar o envolvimento dos diversos atores do Vale do Ribeira para um planejamento participativo. O município de Eldorado foi escolhido para a elaboração do plano demonstrativo por uma série de fatores:

- a maior parte das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira está localizada no município;
- a Prefeitura Municipal tem desenvolvido diversas ações visando à implantação de uma política ambiental onde conservação e desenvolvimento dialoguem;
- a sede do Programa Vale do Ribeira, do ISA, está localizada no município;
- sua localização facilita o acesso de interessados vindos de outros municípios que, eventualmente, disponibilizem gestores para conhecerem a iniciativa implementada, facilitando sua replicabilidade;
- o município dispõe de Plano Diretor;
- há Conselho Municipal de Meio Ambiente em funcionamento.

Parceiros: atuaram diretamente na construção da proposta a Prefeitura Municipal de Eldorado e Eaacone

Apoiadores: atuaram na divulgação, na articulação e no fornecimento de dados: Idesc, Cetesb, Fundação Florestal, Itesp, CATI, Unesp, Funai, Comitê de Bacia Hidrográfica e prefeituras municipais de Apiaí, Piedade, Registro e Sete Barras

Municípios diretamente envolvidos nas atividades do projeto: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí

Municípios que buscaram informações junto ao ISA para elaborarem seus Planos Municipais da Mata Atlântica: Jundiá, Salto e Laranjal Paulista

2.4. Iniciativas de entidades parceiras

A Fundação SOS Mata Atlântica e Anamma

A Fundação SOS Mata Atlântica, entidade privada sem fins lucrativos, criada em 1986, é uma organização não-governamental que tem como missão promover a conservação da diversidade biológica e cultural do bioma Mata Atlântica e ecossistemas sob sua influência, estimulando ações para o desenvolvimento sustentável, bem como promover a educação e o conhecimento sobre a Mata Atlântica, mobilizando, capacitando e estimulando o exercício da cidadania socioambiental.

A entidade desenvolve projetos de conservação ambiental, produção de dados, mapeamento e monitoramento da cobertura florestal do bioma, campanhas, estratégias de ação na área de políticas públicas, programas de educação ambiental e restauração florestal, voluntariado, desenvolvimento sustentável e proteção e manejo de ecossistemas.

A Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou vínculos partidários, representativa do poder municipal na área ambiental, com o objetivo de fortalecer os Sistemas Municipais de Meio Ambiente para a implementação de políticas ambientais que venham a preservar os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Fundada em 1988, em Curitiba, a Anamma tem desenvolvido ações voltadas para o fortalecimento municipal, ocupando lugar de destaque no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

A atuação conjunta entre a Anamma e a Fundação SOS Mata Atlântica resultou no comprometimento de vários municípios na elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica, como João Pessoa (PB), primeiro município brasileiro a aprovar o referido plano. Também foi por meio de sua atuação que municípios como Maringá e Caxias do Sul, entre outros, se comprometeram e efetivaram a elaboração de seus Planos Municipais de Mata Atlântica.

A ação mobilizadora da SOS Mata Atlântica resultou, igualmente, no projeto de apoio à elaboração de Planos Municipais da Mata Atlântica em 17 municípios do estado de São Paulo, atualmente em desenvolvimento, sob a coordenação da Ambiental Consulting.

Projeto de mobilização e apoio à elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica no Estado de São Paulo – Fundação SOS Mata Atlântica

Objetivo do Projeto: desenvolver ações de mobilização e apoio técnico para início do processo de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica.

Abrangência: 17 municípios do estado de São Paulo.

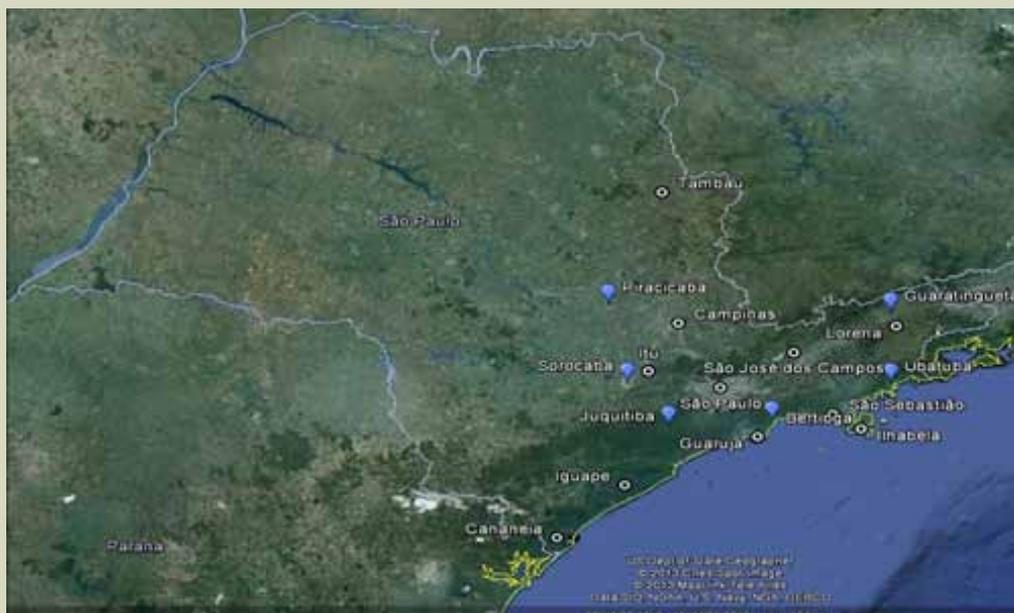


Figura 2 – Mapa com os municípios abrangidos pela iniciativa.

Estratégia geral:

- seleção dos 17 municípios;
- fomento à participação dos municípios nas capacitações presencial e *on-line*;
- informar aos municípios sobre a importância do Plano Municipal da Mata Atlântica, bem como sobre as oportunidades e possibilidades desta iniciativa para maior qualidade no desenvolvimento de seu planejamento e gestão territorial;
- reunião inicial com membros das prefeituras, conselhos e atores locais para apresentação do Plano Municipal da Mata Atlântica, o roteiro metodológico e discussão para formação dos grupos de trabalho e estratégias específicas de elaboração para cada município.

- Resultados:
- o movimento foi criado em cada um dos 17 municípios;
- cada município tem um ritmo, estratégia e necessidades;
- durante o período de eleições municipais, o processo estagnou na maioria dos municípios, sendo necessária nova mobilização em alguns casos.

Reunião sobre o Planos Municipais da Mata Atlântica em Cananeia (SP).

Foto: Mariana Gianiaki



B Governo do Estado do Rio de Janeiro, Aemerj e Iser

O estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Superintendência de Biodiversidade e Florestas da Secretaria Estadual do Ambiente, está promovendo, em articulação com a Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (Aemerj) e a ONG ISER e com o apoio da Anamma, a elaboração de Planos Municipais de Conservação e Recuperação Mata Atlântica de forma regionalizada, no Noroeste Fluminense, abrangendo 15 municípios (veja a relação dos municípios na tabela 3).

O tratamento regionalizado ocorre através de análises georreferenciadas sobre áreas potenciais para o estabelecimento de corredores ecológicos no Noroeste Fluminense, potencializando a integração de fragmentos florestais.

O Projeto Proteção da Mata Atlântica II apoiou essa iniciativa, contribuindo com a atividade de capacitação, mediante a realização de curso presencial em Itaperuna que reuniu técnicos dos municípios da região e os estimulou a adotarem o projeto de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica.

A experiência do Rio de Janeiro pode ser considerada como uma boa prática devido a alguns aspectos, tais como:

- possui uma abordagem regional, o que possibilita um tratamento mais integrado dos remanescentes florestais e das áreas a serem recuperadas;
- estimula a utilização, pelos gestores municipais, de um instrumento de planejamento do uso do solo que considere, de forma prioritária, a conservação e a recuperação do bioma Mata Atlântica numa região com alto potencial de expansão de áreas verdes e de políticas econômicas que beneficiem produtores rurais e mantenham a floresta em pé;
- promove a articulação e a integração entre diferentes programas e políticas públicas estaduais da Secretaria Estadual do Ambiente e de outras secretarias, como a de Agricultura, através do Programa Rio Rural, que ocorre na região;
- fortalece e fomenta a estruturação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente e, de forma especial, do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- obteve recursos, via Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, para o desenvolvimento do projeto, determinando que a empresa LLX Minas-Rio, responsável pela construção do Superporto Açú, em São João da Barra, aportasse os recursos necessários à sua execução.



Oficina local em Natividade (RJ).
Foto: acervo Aemerj

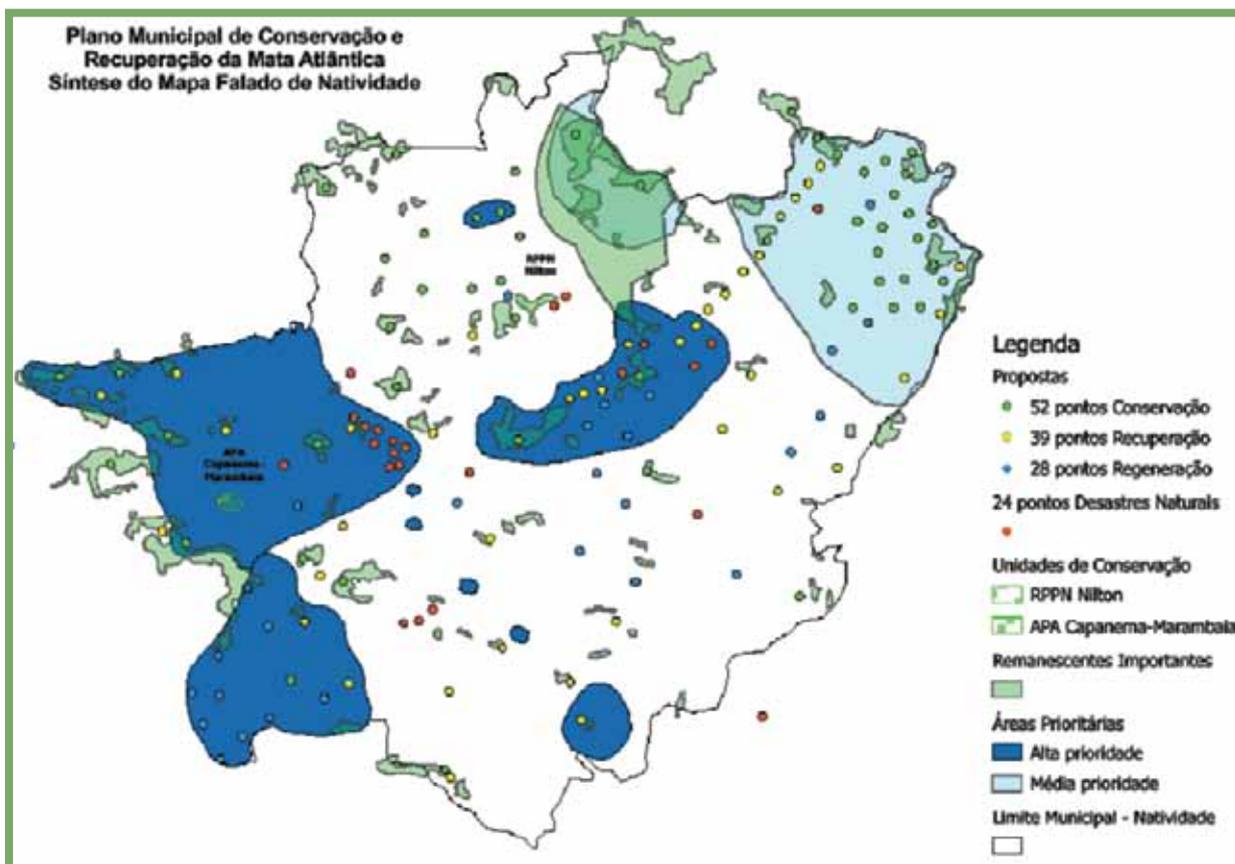


Figura 3 - Síntese do mapa falado de Natividade (RJ).

Tabela 3 - Municípios que elaboraram Plano Municipal da Mata Atlântica ou que estão em processo de elaboração e de aprovação

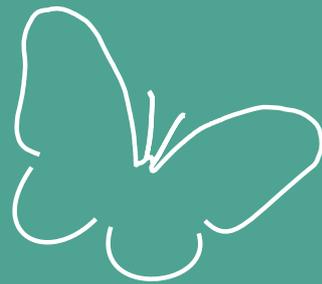
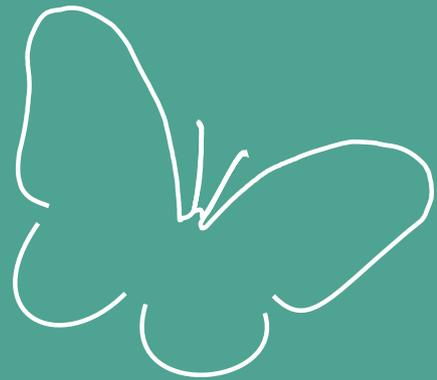
Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica						
	Município	UF	Em execução	Aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente	Em elaboração	Manifestação de interesse
1.	João Pessoa	PB	✓	16/11/10		
2.	Maringá	PR	✓	11/08/11		
3.	Glória do Goitá	PE		03/05/12		
4.	Dona Emma	SC		30/07/12		
5.	Ilhéus	BA		30/08/12		
6.	Curitiba	PR		31/08/12		
7.	Jardim	MS		04/09/12		
8.	Igrejinha	RS		17/09/12		
9.	Caxias do Sul	RS	✓	08/11/12		
10.	Natividade	RJ		✓		
11.	Santos	SP		✓		
12.	São José de Ubá	RJ		✓		
13.	Aperibé	RJ			✓	
14.	Bom Jesus do Itabapoana	RJ			✓	
15.	Cambuci	RJ			✓	
16.	Campinas	SP			✓	
17.	Cardoso Moreira	RJ			✓	
18.	Eldorado	SP			✓	
19.	Guarujá	SP			✓	
20.	Ilhabela	SP			✓	
21.	Itacoara	RJ			✓	
22.	Italva	RJ			✓	
23.	Itaperuna	RJ			✓	
24.	Itu	SP			✓	
25.	Jaraguá do Sul	SC			✓	
26.	Juiz de Fora	MG			✓	
27.	Lage do Muriaé	RJ			✓	
28.	Miracema	RJ			✓	
29.	Passo Fundo	RS			✓	
30.	Piedade	SP			✓	
31.	Porciúncula	RJ			✓	
32.	Porto Seguro	BA			✓	
33.	Salvador	BA			✓	
34.	Santo Antônio de Pádua	RJ			✓	

Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

	Município	UF	Em execução	Aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente	Em elaboração	Manifestação de interesse
35.	São Fidelis	SP			✓	
36.	São José dos Campos	SP			✓	
37.	São Paulo	SP			✓	
38.	Sorocaba	SP			✓	
39.	Tambaú	SP			✓	
40.	Varre e Sai	MG			✓	
41.	Aiuruoca	MG				✓
42.	Alagoa	MG				✓
43.	Anchieta	ES				✓
44.	Baependi	MG				✓
45.	Bertioga	SP				✓
46.	Cabo Frio	RJ				✓
47.	Cananéia	SP				✓
48.	Cariacica	ES				✓
49.	Fortaleza	CE				✓
50.	Guaíba	RS				✓
51.	Guaratinguetá	SP				✓
52.	Itamonte	MG				✓
53.	Jandaíra	BA				✓
54.	Juquitiba	SP				✓
55.	Linhares	ES				✓
56.	Lorena	SP				✓
57.	Novo Hamburgo	RS				✓
58.	Osório	RS				✓
59.	Piracicaba	SP				✓
60.	Pouso Alto	MG				✓
61.	Rio Real	BA				✓
62.	São Leopoldo	RS				✓
63.	São Sebastião	SP				✓
64.	Sete Barras	SP				✓
65.	Tibau do Sul	RN				✓
66.	Ubarana	SP				✓
67.	Ubatuba	SP				✓

Atualizado: 13/08/13.

3. Divulgação e mobilização para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica



3.1. Descrição

As atividades de divulgação e mobilização desencadeadas pelo Projeto Proteção da Mata Atlântica II tiveram por principais objetivos informar a respeito da existência e importância dos Planos Municipais da Mata Atlântica e sensibilizar os municípios para que promovessem a sua elaboração.

Para melhor realizar as atividades de divulgação e mobilização nos municípios, foi fundamental o estabelecimento de uma rede de apoiadores e de parceiros, para otimizar a disseminação de informações e obter o necessário comprometimento das lideranças locais, visando à elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica.

Entre os apoiadores e parceiros, nas várias regiões, podem ser citados:

- órgãos estaduais, em especial os de meio ambiente, como as secretarias estaduais e institutos de meio ambiente;
- órgãos colegiados, em especial os comitês de bacia hidrográfica;
- entidades representativas de municípios, de âmbito nacional, como a Anamma, e de âmbito estadual, como a Aemerj, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) ou a Associação dos Municípios do Paraná (AMP);
- universidades;
- organizações não-governamentais e articulações voltadas à proteção da Mata Atlântica: Fundação SOS Mata Atlântica, o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, a Rede de ONG da Mata Atlântica, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.



Reunião sobre o Plano Municipal da Mata Atlântica em Itu (SP)
Foto: acervo Ambiental Consulting

Entidades Parceiras na Divulgação e Mobilização para os Planos Municipais da Mata Atlântica

Rede Mata Atlântica

A Rede de ONG da Mata Atlântica (RMA) foi criada em 1992, durante a Rio-92, contando, atualmente, com cerca de 300 entidades filiadas, distribuídas nos 17 estados que se encontram no domínio da Mata Atlântica.

A RMA tem por objetivo a defesa, preservação, conservação e recuperação da Mata Atlântica através da promoção do intercâmbio de informações, da mobilização, da ação política coordenada e do apoio mútuo entre as ONG.

Tem atuado junto aos parlamentares e ao Poder Executivo visando a aprovação de diplomas legais e programas voltados à conservação da Mata Atlântica, como a Lei Federal 11.428/2006 - Lei da Mata Atlântica - e os seus instrumentos de implementação, como o Código Florestal, SNUC, entre outros. A RMA ajudou na mobilização dos municípios para os Planos Municipais da Mata Atlântica e na divulgação das oportunidades de capacitação.

Pacto pela Restauração da Mata Atlântica - Pacto

O Pacto é uma iniciativa de caráter coletivo, com duração indeterminada, envolvendo diversos segmentos da sociedade comprometidos com a restauração da Mata Atlântica, como organizações e associações diversas, empresas, instituições científicas, proprietários rurais, entre outros.

Tem por objetivo integrar esforços e recursos para a geração de resultados em conservação da biodiversidade, geração de trabalho e renda na cadeia produtiva da restauração, manutenção, valoração e pagamento de serviços ambientais e adequação legal das atividades agropecuárias nos 17 estados do Bioma. O pacto desenvolveu atividades de divulgação dos Planos Municipais da Mata Atlântica junto a seus associados e ajudou na divulgação das oportunidades de capacitação.

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CN-RBMA)

O CN-RBMA é o órgão máximo de gestão da RBMA que tem como missão contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica. São funções da RBMA (i) a conservação da biodiversidade e dos demais atributos naturais da Mata Atlântica incluindo a paisagem e os recursos hídricos, (ii) a valorização da sociodiversidade e do patrimônio étnico e cultural a ela vinculados, (iii) o fomento ao desenvolvimento econômico que seja social, cultural e ecologicamente sustentável e (iv) o apoio a projetos demonstrativos, à produção e difusão do conhecimento, à educação ambiental e capacitação, à pesquisa científica e o monitoramento nos campos da conservação e do desenvolvimento sustentável. O CN-RBMA participou das reuniões de intercâmbio e estabeleceu o fomento aos Planos Municipais da Mata Atlântica como uma das prioridades da RBMA em 2013.

3.1.1. Formas utilizadas para a divulgação e mobilização

As atividades de divulgação e de mobilização incluíram a distribuição de material impresso, como fôlderes, cartilhas e manuais; a realização de eventos e palestras; a participação em entrevistas nos meios de comunicação; reuniões com autoridades locais, como prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias; reuniões com organizações e associações atuantes no município; realização de seminários com gestores e membros de conselhos municipais, entre outras.

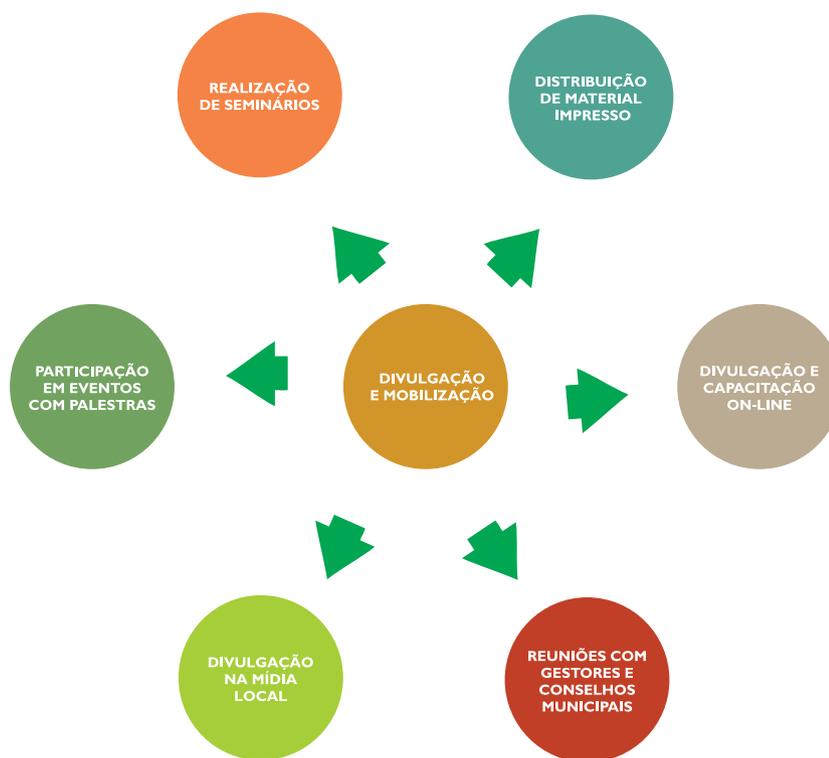


Figura 4 – Formas de divulgação e de mobilização.

A utilização dos *sites* das entidades foi uma prática recorrente em todos os projetos. Um *site* específico para o projeto foi criado por iniciativa da Ambiental Consulting, responsável pelas atividades desenvolvidas no Sudeste, o que reforçou bastante a veiculação de dados e informações sobre os Planos Municipais da Mata Atlântica e a interlocução com os interessados em sua elaboração. Esse *site* permitiu que também fossem realizados cursos de capacitação à distância, iniciativa que teve repercussão nos municípios das demais regiões, o que se constata por meio da origem dos inscritos no *site* e dos participantes dos cursos à distância.



Divulgação dos Planos Municipais da Mata Atlântica
em evento ambiental nacional.
Foto: Rocha Fotos

3.2. Lições aprendidas

Durante dois encontros nacionais, realizados pelo Projeto Proteção da Mata Atlântica II em dezembro de 2012 e fevereiro de 2013, os executores dos projetos e de iniciativas parceiras puderam socializar os resultados de seus projetos, bem como refletir como cada experiência pode contribuir para os processos de elaboração e implementação de Planos Municipais da Mata Atlântica. Esse processo de reflexão gerou algumas lições aprendidas e recomendações para políticas públicas e para novas experiências semelhantes, que são relatadas a seguir.



LIÇÃO I

As atividades de divulgação e de mobilização fomentam, de fato, a elaboração de Planos Municipais da Mata Atlântica

As atividades de divulgação e de mobilização resultaram, de fato, na progressiva sensibilização de um número razoável de municípios em relação à importância de elaborarem seus Planos Municipais da Mata Atlântica. Apesar dos dados quantitativos disponíveis não serem totalmente confiáveis, constata-se que parte expressiva dos municípios abrangidos comprometeu-se com a efetiva elaboração dos planos, tendo alguns deles dado início a esse processo, enquanto outros já os elaboraram e aprovaram nos respectivos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Esse comprometimento dos municípios resultou tanto das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto Proteção da Mata Atlântica II como do trabalho de divulgação e mobilização realizado pelas entidades parceiras.



Palestra de Ivy Wiens (RMA) sobre Planos Municipais da Mata Atlântica em encontro nacional da Anamma.
Foto: Armin Deitenbach



LIÇÃO 2

Apoios e parcerias são fundamentais para a divulgação e mobilização junto aos municípios

O estabelecimento de apoios e de parcerias é fundamental para disseminar as atividades de divulgação e de mobilização, sobretudo para que abranjam maior número de municípios. O número muito elevado de municípios em cada região e a vasta área geográfica a ser coberta dificultaram as ações de divulgação e mobilização, bem como as atividades de capacitação, por parte das quatro entidades responsáveis pela execução do Projeto Proteção da Mata Atlântica II, o que tornou ainda mais relevante o apoio de outras organizações e entidades.

As iniciativas do Projeto Proteção da Mata Atlântica II tiveram um efeito catalisador de outras entidades que passaram a atuar como replicadores, multiplicadores da divulgação e da sensibilização dos municípios. A participação de técnicos especializados, membros dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, nesse processo, foi de grande valia, principalmente naqueles municípios em que o quadro técnico é insuficiente e/ou pouco diversificado.

Alguns parceiros promoveram a elaboração de Planos Municipais da Mata Atlântica de forma regionalizada, como a Fundação SOS Mata Atlântica, que está apoiando a elaboração de 17 desses planos no estado de São Paulo e mobilizando outras regiões, além do estado do Paraná; e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que promoveu a elaboração de 15 Planos Municipais na região Noroeste Fluminense e pretende ampliar essa medida para outras regiões.

Constata-se que alguns apoiadores, no decorrer do processo, ao se envolverem com os objetivos do programa de fomento aos Planos Municipais da Mata Atlântica, passaram a mobilizar municípios em sua área de atuação, como ocorreu com o IEMA, no Espírito Santo; IEF e Semad, com apoio do Projeto Promata II, em Minas Gerais; o INEA, no Rio de Janeiro, e o Ampar, em Minas Gerais.

No Nordeste, o Gambá tem recebido várias solicitações para promover novos processos de capacitação, a exemplo de municípios da Serra de Ibiapaba, no interior do Ceará, e de municípios no Litoral Norte, nas regiões Sul, Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia, em articulação com o Ministério Público Estadual. Juntamente com a Fundação SOS Mata Atlântica, estão sendo realizadas gestões para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica em Salvador e em municípios do Extremo Sul da Bahia.

De especial importância é o poder de mobilização dos municípios por parte dos governos estaduais, assim como a existência de programas de cooperação e orientação aos municípios, fornecendo suporte técnico na elaboração e implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica.

LIÇÃO 3

A mobilização é mais efetiva quando feita no âmbito regional

A experiência dos projetos desenvolvidos revela que a mobilização, quando feita em âmbito regional, torna-se mais produtiva. Na ótica regional, as atividades de divulgação e de mobilização podem ser feitas de forma mais abrangente, com um recorte espacial que abranja um conjunto de municípios, como os integrantes de bacias hidrográficas ou de consórcios intermunicipais, os de uma mesma microrregião, os que integrem projetos elaborados regionalmente ou os que apresentem a mesma problemática socioambiental. Pode-se citar, como exemplo, o Consórcio de Ecodesenvolvimento da Serra do Papagaio, em Minas Gerais, onde a mobilização foi feita com sucesso no âmbito regional.

LIÇÃO 4

As atividades de divulgação e de mobilização devem ser adequadas às características dos municípios

Os municípios abrangidos pela Mata Atlântica, situados em regiões tão distintas entre si, são muito diversos do ponto de vista cultural, econômico, social e ambiental. Para que as atividades de divulgação e de mobilização sejam efetivas, é necessário levar em conta as características específicas dos municípios, bem como as peculiaridades das administrações locais.



Paisagem com lagos em Ilhéus (BA).
Foto: acervo Gambá



LIÇÃO 5

A comunicação on-line é o meio mais eficiente de divulgação e mobilização

Entre os meios utilizados para a divulgação e a mobilização dos municípios, alguns se revelaram pouco efetivos e onerosos, face aos resultados obtidos. O material impresso não traz melhores resultados, não devendo ser distribuído aleatoriamente, mas tão-somente para públicos específicos. Por se tratar de material de alto custo, deve ser concebido de forma a não se tornar rapidamente obsoleto, evitando-se, por exemplo, a menção a datas de eventos. Para que não haja desperdício de recursos, sua impressão deve ser adequadamente quantificada, em função do público a que se destina.

O custo/benefício da divulgação por meio eletrônico (*sites, e-mails* e *fôlderes eletrônicos*) é bem mais favorável e traz resultados mais efetivos. De fato, o *site* é uma ferramenta essencial para promover os objetivos e a relevância dos Planos Municipais da Mata Atlântica, para difundir as informações técnicas necessárias ao processo de sua elaboração e para promover a interlocução e a troca de experiências entre técnicos e demais atores sociais interessados na conservação da Mata Atlântica. É, também, ferramenta essencial para difundir a realização das atividades de capacitação, em especial dos cursos à distância, voltadas à melhoria da capacidade técnica dos envolvidos no processo de elaboração e implementação dos Planos Municipais de Mata Atlântica.



LIÇÃO 6

Municípios mobilizados para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica demandam apoio quanto à capacitação

Constata-se que há uma estreita ligação entre as atividades de mobilização e as de capacitação, esta última sendo demandada em função dos resultados da mobilização, ou seja, o comprometimento dos municípios com relação à elaboração dos planos municipais conduz à solicitação das atividades de capacitação.

De fato, para que os municípios se mobilizem para a elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica, precisam se sentir aptos em termos de conhecimentos técnicos e dos procedimentos a serem adotados. Nesse sentido, ao terem acesso às atividades de capacitação, passam a ter maiores condições de se comprometerem com a elaboração dos planos e, da mesma forma, ao manifestarem interesse em sua elaboração, passam a demandar apoio e a capacitação necessária para esse fim.



Seminário de Divulgação em Fortaleza (CE).
Foto: acervo Gambá

3.3. Recomendações

No que diz respeito às atividades de divulgação e de mobilização dos municípios, foi formulado um conjunto de recomendações, apresentadas a seguir.



RECOMENDAÇÃO I

Fortalecer a rede de parceiros e apoiadores

Recomenda-se que seja fortalecido o apoio dos governos estaduais e dos parceiros com atuação regional e local aos municípios a fim de criar uma rede de multiplicadores estaduais e regionais.

O envolvimento efetivo dos governos estaduais deve ser estimulado, inclusive na capacitação de técnicos do quadro efetivo, agentes importantes para manter a mobilização nos municípios, além de serem atores importantes para a replicação das ações e servirem como ponte na disponibilização de dados e informações aos demais alunos com representatividade local.

A disponibilização de imagens de satélite aos municípios, pelos estados ou pelo governo federal, também auxilia muito a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica, especialmente na fase de diagnóstico e, posteriormente, no monitoramento. Quanto a isso, é importante que a capacitação contemple sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas, além do uso de equipamentos de GPS, para a execução de trabalhos com bases cartográficas e imagens de satélite, a fim de que os atores sejam capazes de mapear remanescentes de Mata Atlântica e áreas degradadas, bem como seu estado de degradação.

No âmbito local, deve-se trabalhar com atores que possam, efetivamente, dar continuidade ao processo de elaboração e implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica, como os prefeitos, os funcionários efetivos, os representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de organizações não-governamentais, entre outros, formando uma rede de parceiros e apoiadores. Desta forma, a presença de um mobilizador local facilita o processo de identificação, no território municipal, de articuladores políticos e técnicos e de consultores com conhecimento da realidade local; das organizações da sociedade civil e representantes comunitários (associações de bairros e lideranças locais e regionais), além do setor empresarial, para envolver todos na elaboração dos planos.

A parceria com as redes municipais de educação e de saúde também é recomendável, para auxílio dos seus agentes na mobilização dos municípios visando à elaboração e implementação dos planos.



RECOMENDAÇÃO 2

Privilegiar o recorte territorial regional

Recomenda-se que a divulgação e a mobilização sejam feitas a partir de recortes territoriais regionais, como as bacias hidrográficas, os mosaicos de unidades de conservação, os corredores ecológicos e os territórios da cidadania. A integração das propostas dos Planos Municipais da Mata Atlântica às diretrizes e programas desenvolvidos nessas instâncias regionais é altamente recomendável.



RECOMENDAÇÃO 3

Considerar as características dos municípios

A divulgação e a mobilização devem ser feitas segundo distintas abordagens, respeitando as características dos municípios, tanto em relação às atividades a serem desenvolvidas como aos instrumentos a serem adotados. Os meios de comunicação devem ser adequados ao público-alvo, destacando-se a utilização do rádio para atingir os moradores das zonas rurais.



RECOMENDAÇÃO 4

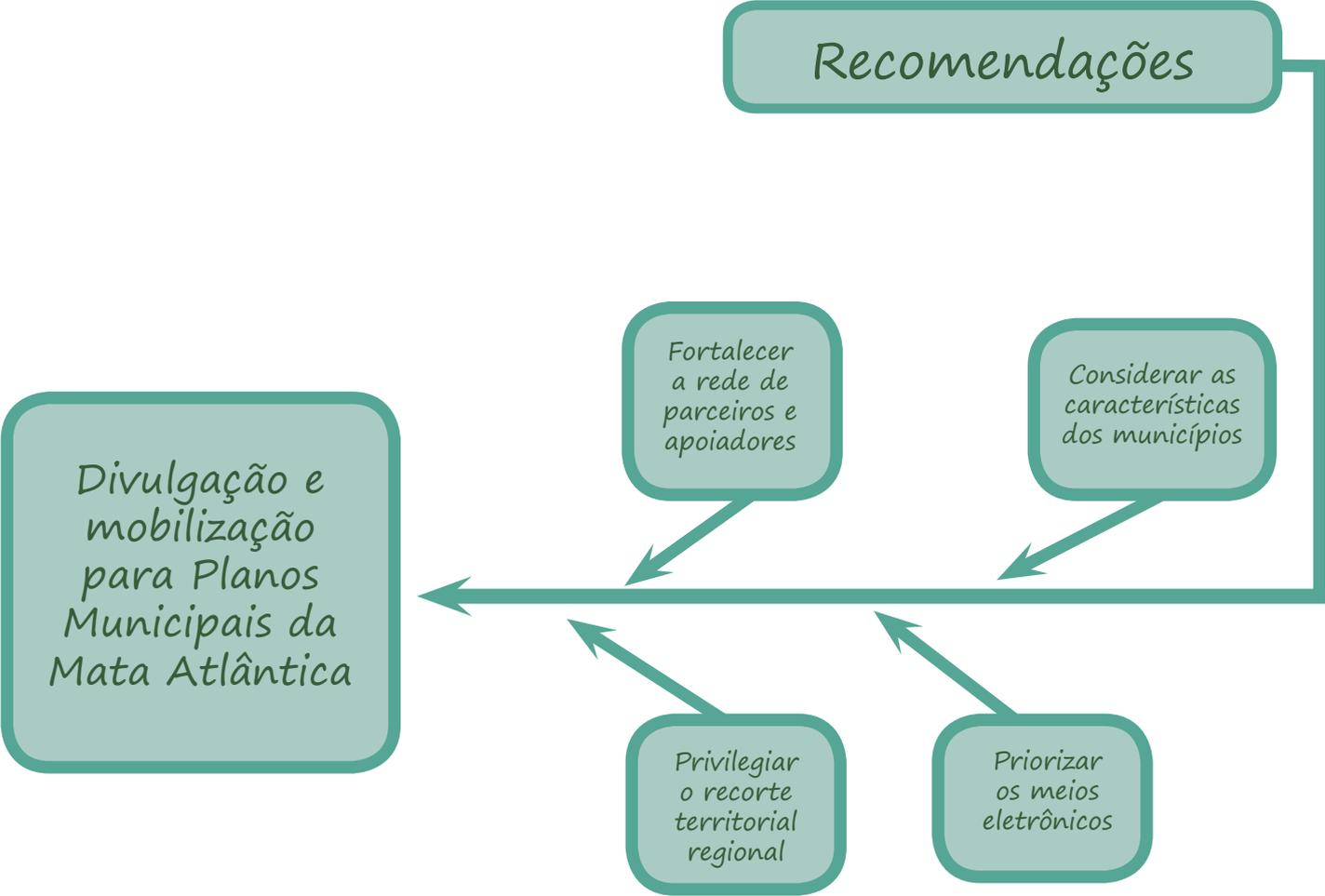
Priorizar os meios eletrônicos

Face à superioridade dos meios eletrônicos, para se atingir um público mais amplo, com melhores resultados, recomenda-se que seja dada prioridade à divulgação por esse meio, reforçando-se as formas de interatividade com os usuários, por meio de redes sociais, *blog*, *mailing* e de fórum de debates. A divulgação impressa deve ser dirigida apenas para públicos-alvos bem definidos.

Resumo das lições aprendidas na divulgação e mobilização dos Planos Municipais



e recomendações para a elaboração





BOA PRÁTICA

Divulgação e mobilização via Internet

A existência de um site (www.pmma.etc.br), instituído pela Ambiental Consulting, foi muito relevante para a divulgação das atividades relacionadas aos Planos Municipais da Mata Atlântica e, em especial, dos cursos de capacitação à distância. O site permitiu a interlocução com interessados nesses planos, assim como a disseminação de dados e informações necessárias à sua elaboração.

A contribuição do site, apesar de lançado para auxiliar as atividades desenvolvidas na região Sudeste, teve uma amplitude maior, abrangendo interessados e municípios localizados em outras regiões do País, passando, portanto, a ter importância para as demais regiões do Projeto Proteção da Mata Atlântica II.

Essa experiência bem-sucedida revela a importância de se manter e fortalecer um meio de comunicação via eletrônica com os interessados na elaboração e implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica.

Terça, 18 de Março de 2013 | [Como se inscrever no curso?](#)

Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

Pesquisar...

[INÍCIO](#) [SOBRE O PROJETO](#) [FÓRUM](#) [BLOG](#) [BIBLIOTECA](#) [FALE CONOSCO](#) [CURSOS](#) [APOIADORES](#)

Inscrições abertas para curso online
[Leia mais](#)

Reunida técnica discute os quatro eixos de pesquisa sobre desafios e oportunidades do bioma

Conheça as PRINCIPAIS espécies

Inscrições abertas para curso online

AGÊNCIA - CURSO ONLINE

CURSO ON LINE para elaboração do PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA 2013? CADASTRE-SE e INSCREVA-SE !!!

ACESSO

Nome de Usuário:

Senha:

Lembrá-lo?

[Esqueceu sua senha?](#)

[Esqueceu seu usuário?](#)

[Criar uma conta](#)

Projeto Proteção da Mata Atlântica II

VOCÊ ESTÁ AQUI: HOME TOP

Copyright © 2013 Planos Municipais da Mata Atlântica. Todos os direitos reservados. [Acessar](#) | [Sobre](#) | [Contato](#) | [Inscrição](#) | [FAQ](#) | [Política de Privacidade](#) | [Termos de Uso](#) | [Política de Cookies](#) | [Sitemap](#)

Figura 5 – Site para a divulgação das atividades relacionadas aos Planos Municipais da Mata Atlântica.

4. Capacitação para
a elaboração de
Planos Municipais da
Mata Atlântica: cursos
on-line e cursos
presenciais



4.1. Descrição

O fomento à elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica pressupõe, necessariamente, que os técnicos do município sejam devidamente capacitados, uma vez que revelam muita dificuldade com as técnicas de planejamento, há pouco conhecimento a respeito das fontes existentes de dados e informações sobre a Mata Atlântica, há pouca formação técnica relativamente a temas ligados à gestão ambiental, além de desconhecimento dos objetivos, escopo e instrumentos de implementação dos Planos Municipais de Mata Atlântica, entre outros aspectos.

De igual forma, os conselheiros de meio ambiente, a quem cabe a importante tarefa de aprovar esses planos, necessitam de capacitação a respeito dos objetivos, diretrizes e estratégias a serem adotadas pela política municipal de proteção e recuperação da Mata Atlântica, além de outros aspectos relativos à gestão ambiental do município.

A capacitação é igualmente necessária para promover uma melhor articulação com representantes de órgãos que, de forma direta ou indireta, tratam de temas de relevância para a proteção da Mata Atlântica, como os ligados à proteção florestal, à política agrícola, à proteção de recursos hídricos e à gestão ambiental municipal.



Curso sobre Planos Municipais da Mata Atlântica em Registro (SP).
Foto: acervo ISA

Conteúdo e participantes das atividades de capacitação

Pelo fato de o Plano Municipal da Mata Atlântica ser um instrumento de planejamento ainda pouco conhecido no País, as atividades de capacitação privilegiaram os temas relacionados ao seu conteúdo e aos procedimentos para sua elaboração, tal como mencionado no Roteiro Metodológico de Elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica. O conteúdo básico dos cursos de capacitação pode ser exemplificado pela figura 6, abaixo, relativa aos cursos ministrados na região Sudeste.

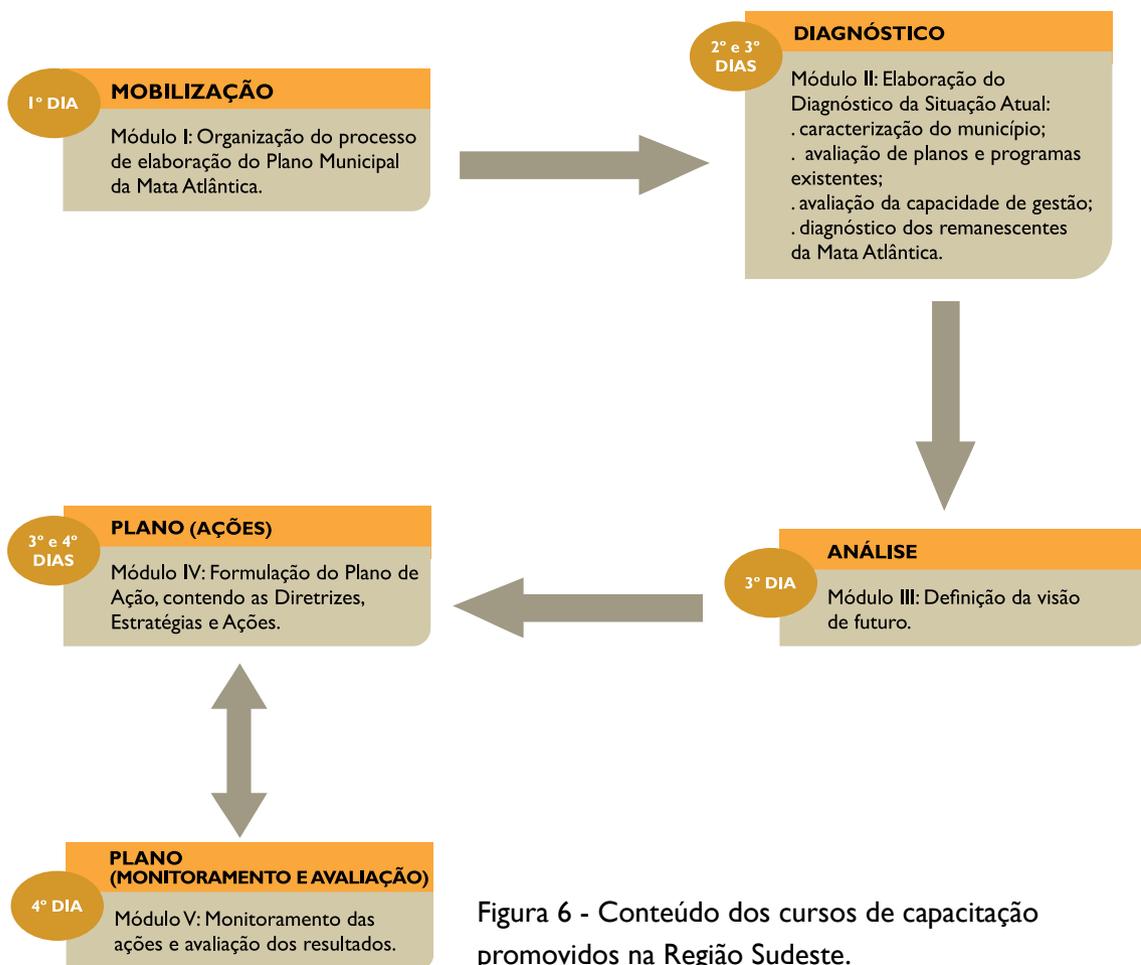


Figura 6 - Conteúdo dos cursos de capacitação promovidos na Região Sudeste.

Os participantes das atividades de capacitação foram, em grande medida, os técnicos municipais, tanto efetivos como comissionados. Houve também a participação de técnicos estaduais, de representantes da sociedade civil, de integrantes de organizações não-governamentais e de demais atores envolvidos na conservação da Mata Atlântica.

Modalidade dos cursos de capacitação

Os principais desafios encontrados para a realização das atividades de capacitação, na modalidade de cursos presenciais, disseram respeito à ampla área geográfica a ser atingida, às dificuldades de deslocamento dos participantes e à carga horária dos cursos, demandando a permanência no local. Assim sendo, foram ofertados cursos presenciais, mas os melhores resultados foram alcançados pelo curso à distância.

No que se refere à modalidade presencial, foram desenvolvidos os seguintes cursos e oficinas:

Regiões Sul e Centro-Oeste

Nas regiões Sul e Centro Oeste foi realizado um curso presencial, em Porto Alegre, com três dias de duração. O curso reuniu representantes de 22 municípios dos quatro estados envolvidos no projeto entre técnicos de prefeituras e conselheiros municipais de meio ambiente.

Região Nordeste

Foram realizadas três oficinas para capacitação de 60 pessoas, 20 em cada local: Fortaleza (CE), Olinda (PE) e Salvador (BA). Participaram representantes dos municípios anteriormente selecionados (governo local e sociedade civil), além de convidados estratégicos para a apresentação e orientação acerca da elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica.



Curso de Capacitação em Planos Municipais da Mata Atlântica em Salvador (BA).

Foto: acervo Gambá

Região Sudeste

Nessa região foram desenvolvidos dois projetos, um, realizado pela Ambiental Consulting, abrangendo toda a região, e outro, realizado pelo Instituto Socioambiental, no Vale do Ribeira (regiões Sudeste e Sul). O projeto da Ambiental Consulting realizou quatro cursos, um em cada Estado. A carga horária dos cursos presenciais foi de, em média, 35 horas, distribuídas em cinco dias ao longo de uma semana, nos seguintes locais: Raposo de Itaperuna (RJ); Venda Nova do Imigrante (ES); Marliéria, no Parque Estadual do Rio Doce (MG); São Paulo (SP), no Horto Florestal (veja tabela 4).



Turma do curso presencial no Espírito Santo.
Foto: acervo Ambiental Consulting

Tabela 4 - Cursos de capacitação realizados na Região Sudeste

Curso	Local	Data	Inscritos	Participantes	Municípios	Observações
Presencial RJ	Raposo de Itaperuna	10 a 13 de julho de 2012	45	50	12	O curso foi parte das atividades de elaboração de 15 Planos Municipais da Mata Atlântica no Noroeste do estado do Rio de Janeiro
Presencial SP	Instituto Florestal/ São Paulo	30 de julho a 03 de agosto de 2012	65	36	22	11 municípios mobilizados para a elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica
Presencial ES	Venda Nova do Imigrante	14 a 17 de agosto de 2012	48	32	12	Participação do IEMA na mobilização e apoio técnico aos municípios capixabas para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica
Presencial MG	Parque Estadual do Rio Doce	10 a 14 de setembro de 2012	37	19	11	7 municípios em processo de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica
On-line 2012		agosto a setembro de 2012	870	163	83	Grande número de inscritos, mas evasão de 80%
On-line 2013		A partir de abril de 2013	1.600			Curso mais orientado e com menos tempo, divisão do grande número de interessados em turmas
		TOTAL	2.665	319	140	

No que diz respeito aos cursos à distância, foram elaborados e ministrados sob a coordenação da Ambiental Consulting que, apesar de ter seu âmbito de atuação no Sudeste, estendeu, a pedido do Projeto Proteção da Mata Atlântica II, a oferta dos cursos a um público mais amplo, ou seja, atingiu a municípios localizados em distintos locais da Mata Atlântica e até de outros biomas. O curso *on-line*, realizado em 2012, contou com 870 inscritos, divididos conforme tabela 5.

Tabela 5 – Estados, inscritos e números de municípios participantes no curso à distância 2012

Estado	Número de inscritos	Número de municípios
São Paulo	343	92
Rio de Janeiro	115	34
Espírito Santo	132	25
Minas Gerais	137	50
Acre	3	3
Alagoas	1	1
Amazonas	1	1
Bahia	91	16
Ceará	2	1
Distrito Federal	2	1
Mato Grosso do Sul	1	1
Paraíba	2	1
Pernambuco	10	4
Paraná	11	7
Rio Grande do Norte	1	1
Rio Grande do Sul	10	7
Santa Catarina	8	6

Constata-se 727 inscrições da Região Sudeste e 143 dos demais estados. Vale destacar a predominância de inscritos das capitais e grandes cidades. Na tabela 6 é apresentada a distribuição das inscrições na Região Sudeste.

Tabela 6 - Inscrições do curso on-line na Região Sudeste

Estado	Municípios em Mata Atlântica	Municípios com inscritos	% de municípios com inscritos em relação ao total	Número de inscritos total	% de inscritos em relação ao total
São Paulo	553*	92	16,63%	343	47,18%
Rio de Janeiro	92	34	36,96%	115	15,82%
Espírito Santo	78	25	32,05%	132	18,16%
Minas Gerais	705**	50	7,09%	137	18,84%
Total	1428	201	14,08%	727	100%

*Fonte: CBRN - Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

**Fonte: ISA, 2001.

Novamente, constata-se a dificuldade de mobilização nos estados maiores e com mais municípios, como São Paulo e Minas Gerais, em relação ao número de municípios com representantes inscritos no curso *on-line*. Sobre o perfil dos inscritos, a maioria possui cargos públicos e trabalha em prefeituras, sendo 358 cargos públicos efetivos, 186 cargos públicos comissionados e 326 são da sociedade civil organizada e da iniciativa privada (ONG, empresas etc.).

Dos 870 inscritos no curso *on-line*, apenas 182 concluíram, com êxito, o curso, ou seja, 21%. A maioria dos participantes que concluíram o curso é da Região Sudeste, representando 83 municípios. Vale destacar os municípios de São Paulo (com 10 representantes), Juiz de Fora (com 11 representantes) e Vitória (com 10 representantes). No caso de Juiz de Fora, houve uma expressiva participação dos técnicos municipais, na medida em que estão em processo de elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica.

Quanto ao perfil dos que concluíram o curso, a maioria possui cargos públicos e trabalha nas prefeituras, sendo 76 cargos públicos efetivos, 25 cargos públicos comissionados, 60 participantes são da iniciativa privada, de ONG ou estudantes.

Uma grande dificuldade do curso *on-line* é evitar a evasão dos inscritos, mantendo os participantes motivados. Neste curso, devido ao elevado número de participantes, não houve tutoria, o que desmotivou alguns participantes e aumentou a evasão. Para tentar motivar os participantes, foram enviados *e-mails* alertando sobre o prazo do curso e quanto cada um havia avançado até aquele momento. Outro motivo importante para a evasão foi a demora entre o período de inscrição e a disponibilização total do curso, que também coincidiu com a época das eleições municipais.

Para aumentar a permanência dos alunos no curso à distância é importante reforçar o trabalho com o fórum, com uma maior moderação direcionando para as discussões relacionadas às questões do Plano Municipal da Mata Atlântica.

Vale do Ribeira (SP e PR)

O Instituto Socioambiental realizou cursos presenciais no Vale do Ribeira, sendo um no município de Registro, contemplando a região do Médio Vale e Lagamar, e outra em Apiaí, contemplando o Alto Vale, conforme convite abaixo.



O objetivo do curso foi capacitar gestores, membros de Conselhos de Meio Ambiente, lideranças e demais interessados no Vale do Ribeira para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica. Participaram representantes dos municípios de Apiaí, Cananéia, Eldorado, Iporanga, Juquiá, Laranjal Paulista, Pariquera-Açu, Registro, Salto, São Lourenço da Serra, São Paulo e Sete Barras, de perfil variado: gestores de prefeituras, técnicos do Itesp, Fundação Florestal e Funai, bem como agricultores familiares, assentados, mineradores, profissionais autônomos e estudantes.

Os participantes receberam apostila impressa e CD contendo o roteiro metodológico, plano de bacia, legislação aplicável aos Planos Municipais da Mata Atlântica, dados sobre uso e ocupação do solo em matas ciliares (Plano Diretor), bibliografia de apoio, um CD com o Livro “Mata Atlântica-Patrimônio Nacional dos Brasileiros”, editado pelo MMA, além de cartazes explicativos sobre o Plano Municipal da Mata Atlântica.

O curso foi ministrado pela equipe técnica do ISA. O ambiente escolhido para os dois cursos foram unidades de ensino, com salas de aula equipadas com *datashow* e telão. O conteúdo do curso

foi dividido em módulos, de forma a contemplar o Roteiro Metodológico para a Elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Cada módulo teve quatro horas de duração, totalizando carga horária de 16 horas. Segue o conteúdo dos módulos:

Módulo I - Organização do processo de elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica

Módulo II - Ferramentas de geoprocessamento

Módulo III – Elaboração do diagnóstico da situação atual

Módulo IV – Definição da situação futura desejada e formulação do Plano de Ação

Os participantes levaram ao curso seus próprios notebooks, para a aplicação do conteúdo apresentado no módulo anterior. Foi instalado, em cada máquina, o *software* GVSig, ferramenta gratuita e já utilizada no território do Vale do Ribeira pelo Comitê de Bacia Hidrográfica. Os participantes puderam manipular arquivos georreferenciados referentes aos municípios de Registro e Eldorado (turma 1) e Apiaí e Iporanga (turma 2), inserindo dados como os limites municipais, hidrografia e uso e ocupação do solo. Apesar da diversidade de formação e experiência dos participantes, o resultado foi bastante satisfatório, gerando interesse em mais capacitações específicas sobre geoprocessamento.

As duas turmas evidenciaram as particularidades das regiões de origem, o que pode ser percebido pela diferença na percepção sobre o bioma. O perfil dos participantes também influenciou bastante nos resultados alcançados. Para a simulação de Plano de Ação, foi usada a ferramenta “5W-2H” (what, why, where, who, when, how, how much). A turma 1 usou como exemplo a necessidade de formação de multiplicadores e o fortalecimento da sociedade civil, enquanto a turma 2 deu enfoque à criação de unidade de conservação estadual.



Oficina-escola do Plano Municipal de Eldorado (SP).
Foto: acervo ISA

4.2. Lições aprendidas



LIÇÃO 1

A mobilização e a capacitação simultâneas, de grande quantidade de municípios, são inviáveis

O objetivo de se capacitar número expressivo de municípios, localizados em regiões geograficamente tão vastas, de forma simultânea e em curto prazo, é inexequível e pouco eficiente. Os cursos presenciais e as oficinas se concentraram, por razões logísticas, apenas em um local da região, ou em cada um dos estados, o que dificultou uma participação mais expressiva de maior número de municípios.



LIÇÃO 2

As atividades de capacitação fortalecem o interesse na elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica

As atividades de capacitação, por intermédio de cursos presenciais ou à distância, fortaleceram o interesse dos municípios na elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica. É o que se pode observar como resultado, por exemplo, das oficinas de capacitação realizadas na região Nordeste, onde Porto Seguro (BA), Fortaleza (CE) e Tibau do Sul (RN) estão comprometidos com a elaboração dos planos. Novas capacitações estão sendo demandadas ao Gambá por parceiros locais.

No Sudeste, a capacitação reforçou as atividades do projeto de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica de 15 municípios no Noroeste Fluminense, em conjunto com a Secretaria Estadual do Ambiente e a Aemerj. Em São Paulo, dos 22 municípios que participaram do curso, 11 estão mobilizados para elaborar seus planos: Campinas, Cananéia, Guarujá, Itu, Lorena, São José dos Campos, São Paulo, São Sebastião, Sorocaba, Tambaú e Ubarana. Boa parte deles conta com apoio da Fundação SOS Mata Atlântica.

No Espírito Santo, dos 12 municípios que participaram do curso, Anchieta e Cariacica estão tomando as primeiras providências para a elaboração do Plano municipal da Mata Atlântica. O Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) tem proposta de atuar em mobilizações regionais.

Em Minas Gerais, sete municípios estão em processo de elaboração de Planos Municipais da Mata Atlântica: Juiz de Fora, Timóteo e os cinco que formam o Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional da Serra do Papagaio (Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto). O Instituto Estadual de Florestas/Promata está mobilizando os municípios de forma regionalizada e tem interesse em capacitar seus técnicos para atuarem como multiplicadores.

Os cursos realizados no Vale do Ribeira fortaleceram discussões locais diretamente relacionadas aos Planos Municipais da Mata Atlântica como o fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), a criação de unidades de conservação e a necessidade de formação de técnicos e de quadros da própria sociedade civil.



LIÇÃO 3

A participação dos órgãos estaduais fortalece a capacitação

A participação de representantes de entidades estaduais nas atividades de capacitação, a exemplo do IEMA, do Espírito Santo, é muito enriquecedora. Essa participação é relevante para reforçar o comprometimento de parceiros estratégicos para a maior divulgação dos Planos Municipais da Mata Atlântica e para o fornecimento do apoio técnico necessário aos municípios visando sua elaboração e implementação.



LIÇÃO 4

A qualificação técnica dos servidores municipais é essencial para a elaboração e implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica

Constata-se que o quadro de servidores municipais, no geral, é insuficiente e pouco qualificado para desempenhar as atribuições ligadas à gestão ambiental e, em especial, para atuar no planejamento ambiental. Há poucos servidores especializados nas questões ambientais, inclusive com o status de servidores efetivos. Há pouco conhecimento quanto às técnicas de planejamento, o que dificulta o processo de elaboração e implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica.



LIÇÃO 5

A época eleitoral dificulta a mobilização e a participação dos servidores municipais

As atividades de capacitação foram dificultadas em função do período eleitoral e da descontinuidade administrativa decorrente das mudanças nas prefeituras municipais. Há dificuldades para se obter a confirmação e o envolvimento de técnicos municipais tanto no período da campanha eleitoral como posteriormente, devido ao período de substituição do quadro de gestores, fatores esses que acabam inibindo a participação e o comprometimento dos técnicos municipais e da sociedade civil, representada nos Conselhos de Meio Ambiente.



LIÇÃO 6

As atividades de capacitação são prejudicadas pela dispersão e pela evasão dos participantes

Como os cursos presenciais demandam o deslocamento dos participantes e a distribuição da carga horária em vários dias de atividades, há dispersão dos alunos, dificultando o aproveitamento dos cursos. De igual forma, há evasão e falta de comprometimento quanto ao cumprimento integral das atividades de capacitação. O curso à distância, apesar de ser importante ferramenta de capacitação, revelou índices elevados de evasão.



LIÇÃO 7

A capacitação é mais bem-sucedida quando feita no âmbito regional

A capacitação envolvendo participantes da mesma região, com problemáticas ambientais semelhantes, possibilita que se aborde a realidade local com mais propriedade, resultando em maior aproveitamento e em exercícios mais produtivos.

4.3. Recomendações



RECOMENDAÇÃO I

Adotar Programa Nacional de qualificação dos municípios

A constatação de que falta qualificação técnica adequada ao quadro de servidores municipais conduz à recomendação de que seja adotado programa nacional de capacitação, com conteúdo abrangente, de forma a fortalecer as competências do município quanto à gestão ambiental, à gestão territorial e urbana, à gestão de projetos, entre outros temas. Esta tarefa caberia ao governo federal e aos governos estaduais.

Em especial, recomenda-se que haja qualificação técnica na área de planejamento, de forma que os municípios estejam aptos a elaborar e implementar os Planos Municipais da Mata Atlântica segundo as melhores técnicas de planejamento, como o planejamento estratégico.

Para que se obtenham resultados expressivos e em larga escala, devem ser priorizados os cursos à distância, ofertados através de instituições especializadas nessa modalidade de ensino, de forma que haja o maior aproveitamento possível por parte dos participantes e que sejam sanadas as dificuldades encontradas no decorrer dos cursos ofertados pelo Projeto Proteção da Mata Atlântica II, como, por exemplo, a insuficiência de acompanhamento dos alunos.



Curso estadual sobre Planos Municipais da Mata Atlântica no Parque Estadual do Rio Doce (Minas Gerais).

Foto: acervo Ambiental Consulting



RECOMENDAÇÃO 2

Escolher criteriosamente os participantes dos cursos de capacitação

Para que os cursos tragam resultados efetivos, em termos do comprometimento das prefeituras na elaboração e implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica, devem ser observados alguns critérios de seleção dos participantes.

É recomendável que seja priorizada a participação dos servidores municipais do quadro efetivo, uma vez que poderão contribuir para as futuras etapas de implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica, além de fortalecer a gestão ambiental no município e de ser uma forma de dar prosseguimento às ações planejadas, evitando a descontinuidade política e administrativa com as trocas de governo.

Recomenda-se, ademais, que os participantes sejam escolhidos entre integrantes de distintos órgãos da prefeitura, com atuação em temas relevantes para a proteção da Mata Atlântica, evitando-se que estejam representados apenas alguns setores da Administração local.

Como os Conselhos de Meio Ambiente desempenham importante papel no processo de elaboração e aprovação dos planos, recomenda-se que sejam considerados como fórum privilegiado para as atividades de capacitação, envolvendo seus integrantes.

Da mesma forma, devem ser indicados para os cursos de capacitação outros atores, como representantes de entidades da sociedade civil e servidores efetivos dos órgãos estaduais de meio ambiente e dos que tratem de outros temas relevantes para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica.



RECOMENDAÇÃO 3

Envolver parceiros e apoiadores nas atividades de capacitação

A fim de reforçar as parcerias e a ampliar a rede de apoiadores, as atividades de capacitação devem ser estendidas a atores regionais e estaduais que possam se tornar multiplicadores do processo de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica. Para tanto, deve ser avaliada a melhor forma de se promover uma capacitação voltada às características desses atores.



RECOMENDAÇÃO 4

Adotar critérios nas atividades de capacitação

Alguns critérios devem ser levados em consideração quando da realização de atividades de capacitação, como a observância de mecanismos que assegurem a efetiva participação dos inscritos; a oferta de cursos presenciais em locais isolados dos centros urbanos, onde haja condições de hospedagem e alimentação dos participantes, evitando-se a dispersão dos alunos; a montagem de distintos programas de capacitação, de acordo com as características de cada grupo de participantes; oferta de tutoria proativa em cursos à distância, para diminuir a evasão; adoção de medidas que valorizem a obtenção do atestado de participação no final do curso etc.



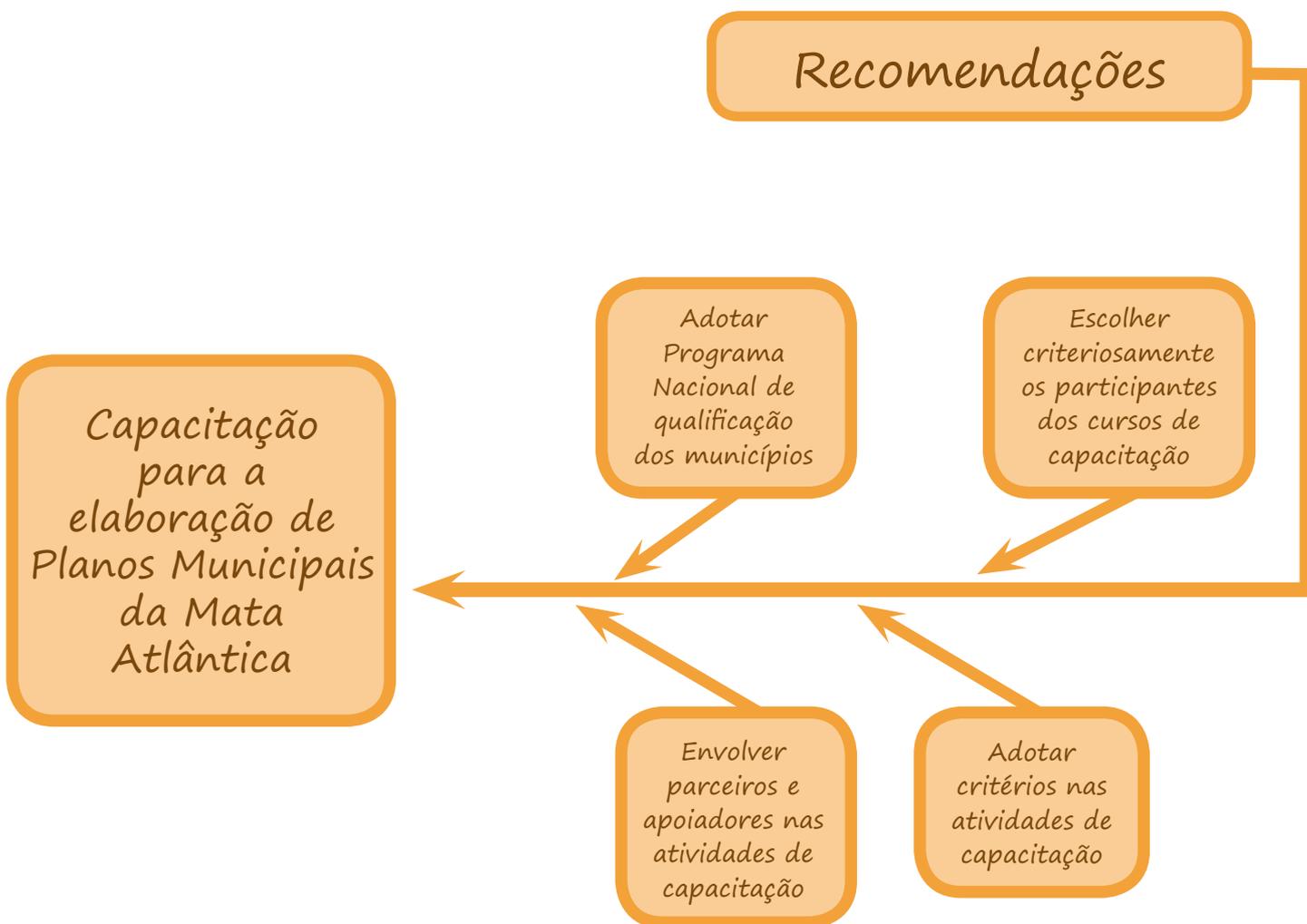
Oficina de bairros em Dona Emma.

Foto: acervo Bio Teia

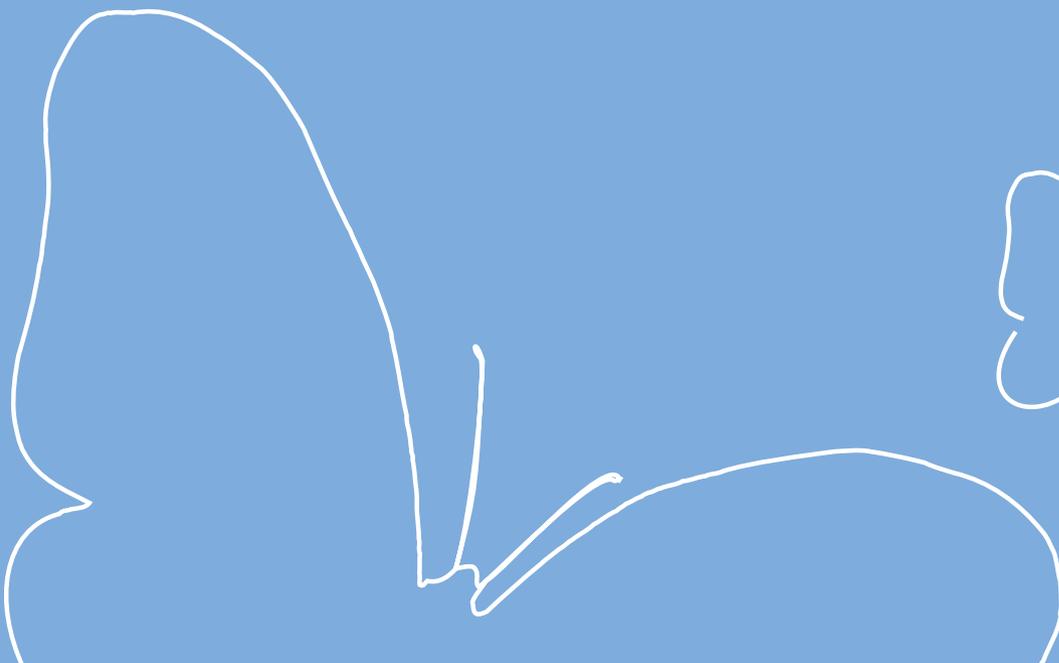
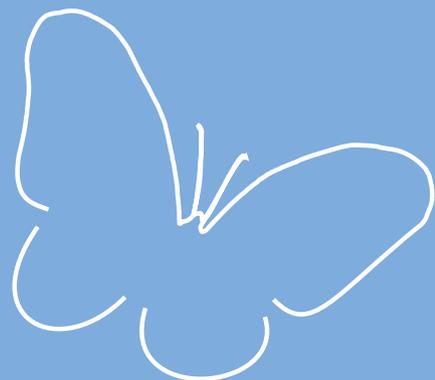
Resumo das lições aprendidas **capacitação** para a elaboração da Mata Atlântica: cursos on-line



e recomendações na de Planos Municipais e cursos presenciais



5. Elaboração dos planos demonstrativos e do Roteiro Metodológico



5.1. Descrição

Como a Lei da Mata Atlântica apenas menciona os Planos Municipais da Mata Atlântica sem definir como devem ser elaborados, foi solicitado que os projetos-pilotos descritos no capítulo 2 deste livro, com exceção do projeto da Região Sudeste, que teve início posteriormente, promovessem a elaboração de planos demonstrativos, de forma que houvesse uma experiência de “aprender fazendo” coletivamente desenvolvida, com a participação das entidades interessadas.

Este processo foi muito rico e inovador e levou à elaboração de sete Planos Municipais da Mata Atlântica demonstrativos que se complementam com Planos Municipais da Mata Atlântica elaborados de forma independente por alguns municípios ou fomentados por entidades parceiras deste projeto.

Tabela 7- dos Planos Municipais elaborados com acompanhamento do Projeto Proteção da Mata Atlântica II

Município	UF	ONG contratada	Habitantes*	Área em km 2*	Litoral ou interior	Consultoria contratada
Igrejinha	RS	MIRA-SERRA	31.660	136	Interior	Tecnicy Ambiental
Dona Emma	SC	MIRA-SERRA	3.721	181	Interior	Bio Teia
Curitiba	PR	MIRA-SERRA	1.751.907	4.025	Interior	Maraibi
Jardim	MS	MIRA-SERRA	24.346	2.202	Interior	IASB
Eldorado	SP	ISA	14.641	1.654	Interior	não
Ilhéus	BA	GAMBA	184.236	1.760	Litoral	Dipamkara
Glória do Goitá	PE	GAMBA	29.019	232	Interior	SNE

Fonte: IBGE, 2010

Foram, elaborados, desta forma, Planos Municipais de municípios das quatro regiões que abrangem a Mata Atlântica (Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste), municípios pequenos e grandes (entre quatro mil e quase dois milhões de habitantes, com áreas entre 136 e mais de 4.000 km²), capitais de estado ou não, e de municípios do litoral, do interior e de diferentes contextos políticos e econômicos.

Os municípios foram selecionados utilizando diferentes métodos de seleção. Eles elaboraram os seus Planos Municipais demonstrativos da Mata Atlântica com diferentes graus de iniciativa própria e de apoio externo. Algumas das ONG selecionadas lançaram mão da contratação de consultoria específica para conduzir os processos da elaboração dos planos junto aos municípios, outras utilizaram para isto equipe técnica própria.

Ao longo deste processo foi construído, com a participação de municípios, governos de estado, ONG e outros atores, o Roteiro Metodológico para a Elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, para o qual foram aproveitadas as experiências destes sete planos municipais demonstrativos da Mata Atlântica e de outros planos que foram feitas ou por iniciativa própria dos municípios ou por fomento de instituições ligadas à conservação da Mata Atlântica, como SOS Mata Atlântica ou Anamma.

Apresenta-se, a seguir, as lições aprendidas no decorrer do processo de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica as recomendações para políticas públicas ou para o planejamento de novos projetos nesta área temática, discutidos com os participantes do processo coletivo de construção em duas reuniões – a primeira realizada em dezembro de 2012, em São Paulo, e a segunda em fevereiro de 2013, em Brasília (veja as listas de presença desses eventos na seção “Anexos”).



O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Dona Emma (SC) no dia da aprovação do Plano Municipal da Mata Atlântica.

Foto: acervo MIRA-SERRA

5.2. Lições aprendidas



LIÇÃO 1

O protagonismo e o comprometimento das instâncias políticas locais é fundamental para a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica

O engajamento das autoridades locais e demais atores relevantes é fundamental para que haja uma efetiva mobilização do município com vistas à elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica. O sucesso da mobilização depende, substancialmente, do convencimento de atores como prefeitos, vereadores, conselheiros de meio ambiente e lideranças comunitárias, entre outros.

Como o Plano Municipal da Mata Atlântica deve ser parte integrante do sistema de planejamento do município, é imprescindível o envolvimento e o protagonismo das prefeituras municipais durante todo o processo de sua elaboração e implementação. Ainda que a formulação dos Planos Municipais da Mata Atlântica possa ser estimulada por atores externos à Administração Pública, o comprometimento técnico e político das prefeituras municipais é essencial para que sejam efetivamente incorporados ao sistema de planejamento municipal, após sua aprovação pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.



Reunião sobre Planos Municipais da Mata Atlântica com presença do Prefeito Municipal em Eldorado (SP).

Foto: acervo ISA



LIÇÃO 2

As peculiaridades locais são determinantes no processo de elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica

A elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica pressupõe que sejam tomadas algumas medidas iniciais para organizar esse processo, como a criação de um grupo encarregado de coordenar as ações necessárias, o estabelecimento de plano de trabalho, as formas de participação da população, a busca por parcerias com instituições de pesquisa, entre outras. O processo de elaboração do plano deve observar as peculiaridades locais, ou seja, levar em consideração os recursos existentes, as práticas administrativas de cada local, bem como deve respeitar o “tempo” e o porte do município.

A presença de um mobilizador local contratado para esta atividade, como foi o caso dos dois planos do Nordeste, facilita o processo de elaboração dos planos, ou seja, é importante haver uma pessoa responsável pela condução do processo junto à prefeitura e que possa promover a articulação das ações e dos atores envolvidos. No caso da Região Sul e Centro-Oeste, a tarefa de articulação foi realizada principalmente por ONG (em Curitiba e Igrejinha) ou pela própria consultoria contratada (Dona Emma e Jardim).



Mapa Falado e Visão do Futuro de Dona Emma (SC).

Foto: acervo Bio-Teia



LIÇÃO 3

A participação social fortalece os resultados do Plano Municipal da Mata Atlântica

A participação ativa dos diferentes atores sociais no processo de elaboração dos planos, apesar de torná-lo mais longo, é muito positiva, pois, caso contrário, seus resultados podem ser comprometidos e enfraquecidos.



LIÇÃO 4

O apoio de consultorias pode ser importante para a elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica

A Administração Municipal, na maioria dos casos, conta com equipes reduzidas e pouco experientes em planejamento, o que dificulta a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica sem o apoio de assessoria externa. A pouca experiência dos técnicos locais em planejamento é especialmente evidente quando se trata das técnicas de planejamento estratégico, o que dificulta a elaboração dos planos, especialmente no processo de construção da “visão de futuro”, ou “situação futura desejada” pelo município.

Constatou-se, todavia, que no caso de planos elaborados com apoio de consultoria externa, houve, em alguns casos, pouca disponibilidade de tempo para a cooperação e a integração entre técnicos da Administração Municipal e os consultores. Por outro lado, constata-se que o conhecimento da realidade local é muito importante para os que estejam envolvidos na elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica.



LIÇÃO 5

Há pouco conhecimento sobre a realidade local

Há pouco conhecimento sobre o processo de uso e ocupação do território municipal, os recursos ambientais existentes, os remanescentes florestais, as áreas degradadas, enfim, sobre a realidade local objeto das ações a serem formuladas pelo Plano Municipal de Mata Atlântica. Esse desconhecimento é agravado pela inexistência, insuficiência, desatualização ou falta de sistematização de dados e informações no âmbito das prefeituras.

Da mesma forma, as bases cartográficas, na maioria dos casos, são inadequadas, inexistentes ou desatualizadas e há pouca expertise para lidar com assuntos ligados à base cartográfica. A elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica deve levar em conta estas deficiências e equilibrá-las na fase do diagnóstico.



LIÇÃO 6

O sistema de planejamento e gestão municipal muitas vezes é desarticulado

Não obstante o Plano Municipal de Mata Atlântica ser importante instrumento de ordenamento territorial do município, constata-se uma grande dificuldade de integrá-lo aos demais instrumentos de planejamento e gestão existentes no município. Há dificuldades, também, em promover a articulação desse plano com outros importantes instrumentos de gestão ambiental, como iniciativas de pagamento por serviços ambientais e o CAR. Há, também, falta de integração entre os diversos setores (secretarias) da Administração Municipal, ficando a discussão, em geral, centrada no setor de meio ambiente.



LIÇÃO 7

Há dúvidas sobre a natureza jurídica dos Planos Municipais da Mata Atlântica

Constata-se a existência de questionamentos quanto à natureza jurídica dos Planos Municipais de Mata Atlântica pelo fato de a Lei Federal apenas ter mencionado a obrigatoriedade de que este seja aprovado pelo Conselho de Meio Ambiente. Em alguns municípios, o plano foi aprovado mediante lei municipal, enquanto que, em outros, foi aprovado por decreto do Poder Executivo ou apenas no âmbito do Conselho de Meio Ambiente.



Reunião sobre Plano Municipal da Mata Atlântica no Comdema de Eldorado (SP).
Foto: acervo ISA

5.3. Recomendações



RECOMENDAÇÃO 1

Fortalecer o apoio dos governos federal e estaduais

Devido às fragilidades encontradas nos municípios, recomenda-se que sejam fortalecidos as medidas e os recursos destinados, pelos governos federal e estadual, ao fomento dos Planos Municipais de Mata Atlântica, adotando-se estratégias diferenciadas, de acordo com as necessidades e as peculiaridades locais.

Como abordagem geral, recomenda-se que os Planos Municipais de Mata Atlântica sejam considerados como plataforma estratégica e instrumentos privilegiados para o cumprimento das metas do Programa Nacional da Mata Atlântica, objetivos e metas da Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas. Recomenda-se que o apoio a ser prestado aos municípios, pela União ou pelos estados, ocorra tanto do ponto de vista financeiro como no fornecimento de insumos técnicos, como base de dados e de cartografia.



RECOMENDAÇÃO 2

Promover a elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica segundo uma abordagem regional

Como estratégia de atuação dos programas nacionais e estaduais, recomenda-se que haja uma atuação regionalizada para a elaboração e implementação dos Planos Municipais de Mata Atlântica, promovendo maior articulação e integração entre os atores existentes no bioma. Nesse sentido, esses planos devem ser fomentados no âmbito dos mosaicos e dos corredores ecológicos, abrangendo o território de bacias hidrográficas, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, entre outros.



Participação de mulher quilombola em Seminário sobre Planos Municipais da Mata Atlântica.
Foto: acervo ISA



RECOMENDAÇÃO 3

Envolver sempre os atores relevantes na elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica

A participação dos atores relevantes existentes no município é elemento importante para o processo de elaboração e implementação dos Planos Municipais de Mata Atlântica. Recomenda-se a participação de representantes de órgãos setoriais, de âmbito federal, estadual e municipal; de membros do Poder Legislativo Municipal e do Ministério Público; de ONG ligadas às questões ambientais; do setor empresarial; da sociedade civil e de setores acadêmicos.

A participação dos atores ligados às atividades produtivas é importante para que sejam levados em conta, durante a elaboração dos Planos Municipais, aspectos relativos às cadeias produtivas que podem ser valorizadas pela conservação e recuperação da Mata Atlântica.

Recomenda-se que, no processo de mobilização, os diversos setores da sociedade civil sejam envolvidos de acordo com as características locais. É importante envolver também as redes de educação e saúde, uma vez que possuem um forte poder de penetração junto à comunidade e às famílias.



RECOMENDAÇÃO 4

Articular o Plano Municipal da Mata Atlântica ao sistema de planejamento e gestão municipal

A articulação dos Planos Municipais de Mata Atlântica aos demais instrumentos de planejamento e de gestão municipal é aspecto fundamental para que seus objetivos e metas sejam alcançados. O disposto no Plano Municipal da Mata Atlântica deve ser coerente com o que dispõe o Plano Diretor Municipal, além dos demais instrumentos de planejamento como, por exemplo, o zoneamento ambiental, os planos setoriais de habitação, de saneamento ambiental ou de mobilidade urbana. Da mesma forma, o disposto nesses planos deve ser compatível com os planos de manejo de unidades de conservação e os planos de bacia hidrográfica.

A articulação do Plano Municipal da Mata Atlântica aos demais instrumentos de planejamento e gestão deve ser buscada desde a etapa de sua elaboração. Recomenda-se, pois, que nesse processo haja o maior envolvimento possível por parte das secretarias municipais, além de outros atores locais relevantes (conselhos, sociedade civil, universidades etc.), nos grupos de trabalho.

Da mesma forma, o processo de revisão dos instrumentos de planejamento deve levar em consideração o disposto nos Planos Municipais da Mata Atlântica, em especial no processo de revisão dos Planos Diretores. Recomenda-se, ainda, que haja a articulação entre o Plano Municipal de Mata Atlântica e os instrumentos de gestão ambiental, em especial a utilização do licenciamento ambiental como forma de promover sua efetiva implementação.



RECOMENDAÇÃO 5

Articular o Plano Municipal da Mata Atlântica à legislação municipal

As diretrizes e indicações contidas no Plano Municipal de Mata Atlântica podem ter repercussões na legislação municipal, em especial na que trata do ordenamento territorial e na legislação urbanística, como a lei de uso e ocupação do solo urbano e a lei de parcelamento do solo urbano.

De fato, ao se promover o melhor conhecimento dos locais onde há remanescentes florestais a serem preservados ou áreas degradadas a serem recuperadas, certamente haverá repercussões no que se refere, por exemplo, às áreas onde é possível realizar parcelamentos do solo urbano ou construções para fins urbanos. Recomenda-se, portanto, que seja feita a devida articulação entre o disposto no Plano Municipal de Mata Atlântica e as referidas legislações, inclusive como forma de colocar em execução as suas determinações. Essa articulação deverá ocorrer no momento da formulação ou da revisão da citada legislação municipal de ordenamento territorial e urbano.



RECOMENDAÇÃO 6

Elaborar o Plano Municipal da Mata Atlântica, mesmo que de forma gradual

Recomenda-se que seja difundido o entendimento de que é importante elaborar o Plano Municipal de Mata Atlântica, ainda que “enxuto”, para nortear o processo de planejamento e gestão ambiental, uma vez que este pode ser complementado e atualizado ao longo de sua execução pela própria dinâmica do processo. É mais aconselhável o município ter um plano menos elaborado do que não ter nenhum.



Exposição dos mapas gerados pelo Plano Municipal da Mata Atlântica de Ilhéus (BA).

Foto: Armin Deitenbach



RECOMENDAÇÃO 7

Destinar recursos de várias fontes à implementação do Plano Municipal da Mata Atlântica

No que diz respeito às fontes de recursos para a execução dos projetos do Plano Municipal de Mata Atlântica, recomenda-se ao governo federal que promova, em curto prazo, a regulamentação do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, já que essa fonte de recursos foi privilegiada na Lei Federal da Mata Atlântica.

Todavia, recomenda-se que os municípios busquem fontes alternativas, avaliando, entre outras medidas, a destinação de recursos próprios de seu orçamento, de recursos provindos de compensações ambientais, a exemplo do que foi feito no Noroeste Fluminense e na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

Recomenda-se, como alternativa a ser avaliada, a obtenção de recursos dos fundos de recursos hídricos por intermédio dos Comitês de Bacia. A fim de inserir os projetos contemplados no Plano Municipal de Mata Atlântica no orçamento municipal, recomenda-se que suas propostas sejam incorporadas aos Planos Plurianuais (PPA), com a definição de indicadores de resultados.



RECOMENDAÇÃO 8

Apoiar a base cartográfica e de dados

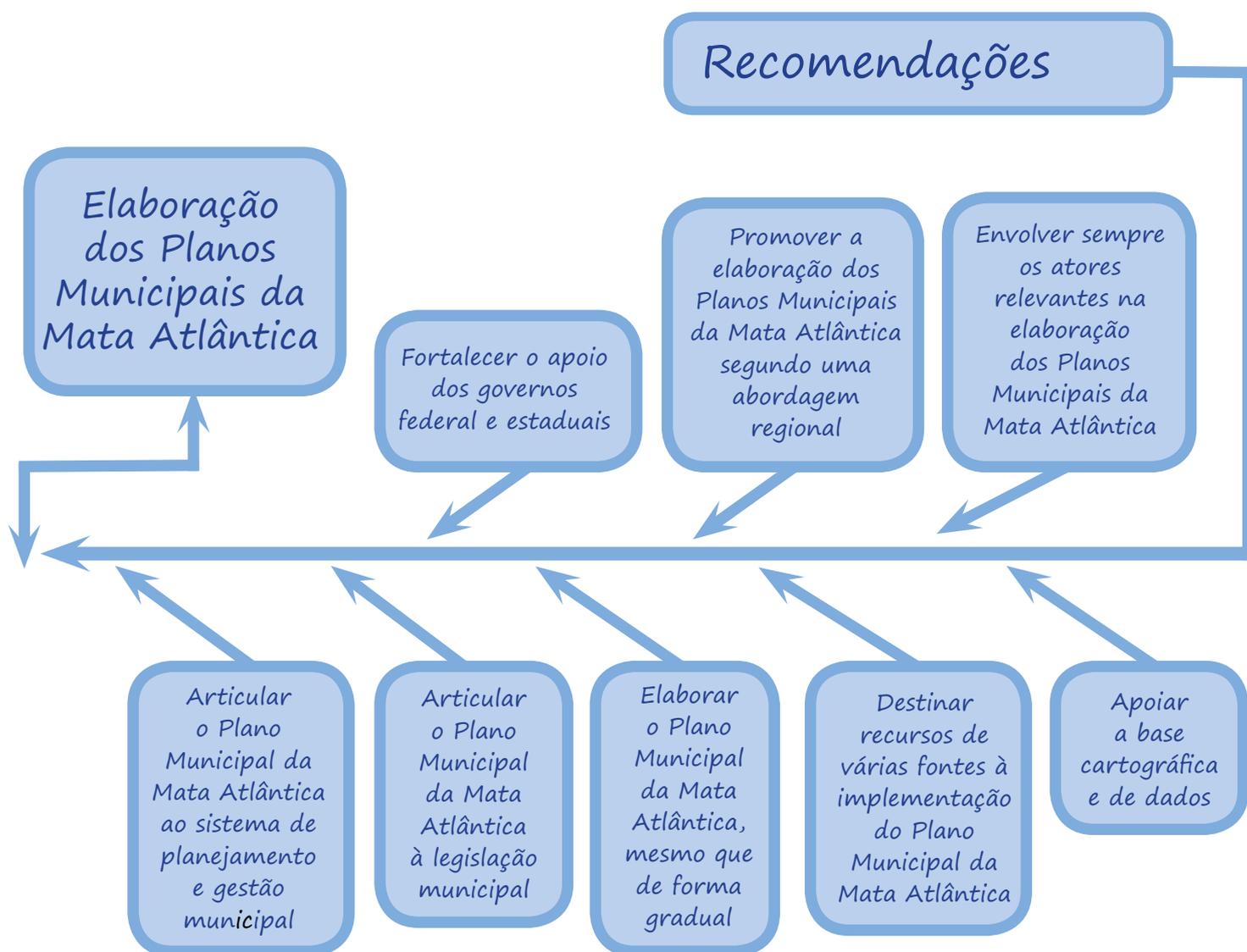
Há muita carência no que se refere aos recursos técnicos, de dados e de bases cartográficas nos municípios. Recomenda-se, portanto, que sejam fornecidas aos municípios as imagens de satélite de alta resolução e de levantamentos aeroespaciais adquiridas pelo governo federal e pelos governos estaduais. No caso das imagens do CAR recomenda-se que, o Ministério do Meio Ambiente as disponibilize aos municípios interessados da mesma forma como ele já as disponibilizou aos governos estaduais. Recomenda-se, também, que os municípios utilizem fontes de informação de baixo custo ou gratuitos, como os fornecidos pelo Google Earth Pro, Google Earth, Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica, entre outros.

Apesar de a base cartográfica ser elemento fundamental para a elaboração e implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica, há poucos técnicos municipais com formação adequada para lidarem com essa tecnologia. Recomenda-se, pois, que seja oferecido um programa de capacitação aos técnicos municipais para trabalhar com bases cartográficas, como, por exemplo, o uso de softwares de geoprocessamento, entre outros temas.

Resumo das lições aprendidas na elaboração dos planos do Roteiro Metodológico



e recomendações demonstrativos e



6. Considerações finais



A realização do Projeto Proteção da Mata Atlântica II foi importante para impulsionar o processo de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica, pois promoveu a divulgação da sua importância, a mobilização de inúmeros municípios em todas as regiões abrangidas pela Mata Atlântica, bem como deu início à construção participativa da metodologia e à capacitação dos atores locais visando à elaboração desses planos.

Essa iniciativa constituiu uma primeira abordagem com o propósito de avaliar como proceder para que os Planos Municipais da Mata Atlântica fossem efetivamente elaborados, bem como as condições técnicas e metodológicas necessárias, o nível de dificuldade encontrado pelas equipes técnicas municipais, enfim, uma avaliação acerca das necessidades e demandas, por parte dos municípios, para que esses planos fossem elaborados.

O objetivo do Projeto foi criar, junto com os parceiros do Ministério do Meio Ambiente, as condições básicas necessárias para o processo de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica. Uma vez cumprida esta etapa inicial, resta evidente a necessidade de se dar continuidade a esse processo, conferindo-lhe maior amplitude, de forma que haja um gradativo comprometimento de maior número de municípios.

Nesse sentido, o fortalecimento do apoio aos municípios, por meio de um programa nacional de fomento aos Planos Municipais da Mata Atlântica, surge como resultante direta das reflexões acerca dos resultados até então obtidos. O fortalecimento, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, das instâncias que tratam dos temas ambientais relacionados aos municípios e aos ligados à proteção da Mata Atlântica, possibilitaria que um programa com tais características fosse adotado, trazendo importantes ganhos para o processo de elaboração e implementação desses planos.

Um programa com tais objetivos poderá promover as necessárias articulações e parcerias entre órgãos e entidades federais e estaduais, assim como com as entidades da sociedade civil, e todos os demais atores que possam conferir maior capilaridade e abrangência às ações de divulgação e mobilização dos municípios com vistas à elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica. Poderá contemplar as diretrizes, estratégias e ações voltadas ao necessário apoio técnico a ser prestado aos municípios no processo de elaboração e implementação desses planos.

O contexto atual é altamente positivo para que sejam fortalecidas as ações voltadas à proteção e à recuperação da Mata Atlântica, sobretudo quando se observa a convergência de uma série de medidas recentemente aprovadas pela legislação ambiental, de âmbito nacional.

A nova Lei Florestal, recém-aprovada, contempla instrumentos como o Programa de Regularização Ambiental, que será efetivado mediante instrumentos como o CAR e os Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas. Importa ressaltar a relevância do CAR, pois é procedimento obrigatório para todos os imóveis rurais, o que possibilitará a obtenção de bases de dados para o planejamento ambiental, para o controle e monitoramento da utilização dos

recursos ambientais e para o combate ao desmatamento. O CAR possibilitará, portanto, que sejam conhecidos, entre outros, os limites das propriedades e posses rurais, a existência e localização dos remanescentes da vegetação nativa, as áreas de preservação permanente, as áreas consolidadas e as reservas legais.

Na efetivação do CAR estão envolvidos todos os entes federativos, cabendo importante papel aos estados e municípios, uma vez que a inscrição nesse cadastro, pelos proprietários rurais, deverá ser solicitada junto ao órgão ambiental municipal ou estadual integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). Nesse contexto, o município pode assumir um papel de mais alta relevância para apoiar o CAR, desde que, para tanto, conte com as condições técnicas necessárias. Aos instrumentos contidos no Código Florestal some-se o que dispõe a lei da Mata Atlântica, no tocante ao Plano Municipal de Conservação e Proteção da Mata Atlântica, cujos objetivos são complementares aos do Programa de Regularização Ambiental.

Há, portanto, estreita convergência entre os propósitos dos Planos Municipais de Mata Atlântica e os objetivos do CAR, o que indica que são instrumentos que podem se apoiar mutuamente, tanto no processo de sua elaboração, como na utilização de dados e informações e na utilização dos seus respectivos resultados. Nesse sentido, cumpre que seja aprofundada a reflexão sobre as relações entre o CAR e o Plano Municipal da Mata Atlântica, de forma que sejam adotadas medidas, tanto por parte dos municípios como dos estados, voltadas à condução integrada dos mesmos.

Constata-se, como resultado desta etapa da atuação do Projeto Proteção da Mata Atlântica II, o comprometimento de número crescente de municípios no processo de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica por iniciativa própria, estimulados por entidades voltadas à proteção da Mata Atlântica ou como resultado de ações promovidas pelos Estados.

Desse fato resulta a necessidade de que seja promovida uma avaliação mais aprofundada dos resultados efetivos dos planos elaborados até o momento, com o objetivo de verificar as tendências encontradas com relação ao seu conteúdo; às prioridades estabelecidas, em termos dos programas e projetos neles indicados; aos instrumentos a serem utilizados na fase de implementação, inclusive sua possível articulação com demais instrumentos de planejamento ambiental, como o CAR; à indicação dos custos estimados dos programas e projetos, bem como das fontes de recursos utilizadas, entre outros aspectos. Essa avaliação poderá trazer importantes elementos para subsidiar o processo de elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica nos demais municípios, assim como indicar boas práticas em relação ao conteúdo e aos instrumentos a serem utilizados para sua efetiva implementação.



BOA PRÁTICA

O Plano Municipal da Mata Atlântica de Caxias do Sul

O Plano Municipal da Mata Atlântica de Caxias do Sul foi aprovado pelo Comdema dia 16 de novembro de 2012 e instituído pelo Decreto Municipal nº 16.054, de 11 de dezembro de 2012. O Plano apresenta 14 atividades propostas, entre elas, a criação da Unidade de Conservação Municipal Monumento Natural Palanquinho, instituído pelo Decreto Municipal Nº 16.104, de 18 de dezembro de 2012, área esta totalmente adquirida pelo município, tendo indenizado todos os seus proprietários no valor total de R\$ 998.000,00. A Unidade conta com uma reserva financeira de R\$ 2.250.000,00 e terá suas estruturas físicas concluídas até o final deste ano.

Para executar as 14 propostas do Plano Municipal da Mata Atlântica (fase de experimentação), foi elaborado um roteiro metodológico que cria planos estratégicos com o intuito de cumprir as metas estabelecidas, em um prazo de 36 meses. Para tanto foi aprovado, pelo Comdema no dia 16 de maio de 2013, um investimento de R\$ 3.600.000,00 oriundo do Fundo Municipal do Meio Ambiente para o diagnóstico ambiental qualitativo da área urbana e rural, com vistas principalmente ao Cadastro Ambiental Rural de todas as propriedades rurais (aproximadamente 4.500 propriedades sendo 82% menores de 2 módulos fiscais). Ressalta-se que Caxias do Sul é o maior fornecedor de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul (abastece 86% do mercado gaúcho).

No âmbito da discussão participativa do Plano Municipal da Mata Atlântica de Caxias do Sul ficou definido que em empreendimentos de maior porte ou com significativo impacto ambiental, além da compensação exigida por lei, uma porcentagem do valor total da obra é destinada às ações específicas do Plano Municipal da Mata Atlântica, já descritas na licença. No caso, os valores destinados ao CAR oriundos da compensação ambiental de pavimentação asfáltica de trechos do interior do município.



BOA PRÁTICA

A elaboração do Plano Municipal Demonstrativo da Mata Atlântica de Eldorado (SP)

O município de Eldorado, localizado no Vale do Ribeira (SP), está construindo seu Plano Municipal da Mata Atlântica por meio de parceria entre o Instituto Socioambiental (ISA), a Prefeitura Municipal e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), com o apoio da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), MMA/PDA e Projeto Proteção da Mata Atlântica II.

Mais da metade de seus cerca de 15 mil habitantes vivem na zona rural, e seu território é protegido por diversas unidades de conservação e comunidades quilombolas. Por essas características, a discussão sobre o Plano Municipal da Mata Atlântica foi além da conservação ambiental, relacionando-a com a necessidade da produção (veja abaixo depoimento feito por agricultor em uma reunião de diagnóstico sobre o município).

Pelo estigma existente na região, quando se fala em questões ambientais e Mata Atlântica, desenvolver os arranjos para o fomento às cadeias produtivas, especialmente turismo e agricultura, é uma forma de estimular o conhecimento sobre o bioma e uma visão positiva, contribuindo para sua conservação.

O município de Eldorado dispõe de uma grande quantidade de documentos já elaborados, como Plano Diretor e Plano de Defesa Civil, de forma que o Plano Municipal da Mata Atlântica pode facilitar a implantação de instrumentos previstos nesses documentos capazes de trazer benefícios à sociobiodiversidade.

DEPOIMENTO

Ricardo Chimichaque, agricultor, eleito vereador em 2013

“Os agricultores têm dificuldade de produzir. É necessário que haja mais informação sobre o que pode e não pode ser feito de acordo com a legislação ambiental, ter mais ações de conscientização do que multas. A migração para a cidade é consequência, por isso é importante ter orientação, para que o produtor fique no campo. O Plano Municipal da Mata Atlântica deve pensar na preservação com o desenvolvimento”.

Contribuição enviada pelo ISA, Vale do Ribeira



Foto: acervo ISA

Poesia escrita por Maicon dos Santos Jorge, 17 anos, do Quilombo Pedro Cubas, participante da elaboração do Plano Municipal de Eldorado (SP).

*Nos lugares que eu passei
Muitas comunidades eu visitei
Mas a mata é uma coisa
Que jamais destruirei*

*Uma coisa boa eu aprendi
Que na vida nunca se pode desistir
E as matas que plantamos
Nunca devemos destruir*

*Olha só, veja só os macacos
Balançando no cipó
Olha lá, veja lá, o homem
Querendo derrubar*

Referências

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs>

CAMPANILI, M. e SCHAFFER, W. (orgs.). 2010. *Mata Atlântica: Patrimônio Nacional dos Brasileiros*. Brasília: MMA.

Conservação Internacional. 2013. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/>

GUEDES, F. B. e SEEHUSEN, S. E. (orgs.). 2011. *Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios*. Brasília: MMA.

IBAMA. 2012. *Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite, PMDBBS*. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/>

IBGE, 2010. Censo. Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br>

ISA. 2001. *Dossiê Mata Atlântica 2001: Projeto Monitoramento Participativo da Mata Atlântica*. Brasília: Rede de ONGs da Mata Atlântica, Instituto Socioambiental, Sociedade Nordestina de Ecologia. Disponível em: www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/54.pdf

LINO, C. F.; DE ALBUQUERQUE, J. L. R.; DIAS, H.; SCHAFFER, W. B.; PROCHNOW, M. e LIMA, P. F. 2012. *Anuário Mata Atlântica 2012 - Panorama do cumprimento das metas de Aichi-CDB 2020 na Mata Atlântica: Avanços, oportunidades e desafios*. RBMA.

RODRIGUES R.; BRANCALION, P. e ISERNHAGEN, I. (orgs.). 2009. *Pacto pela restauração da Mata Atlântica: referencial dos conceitos e ações de restauração florestal*. São Paulo: LERF/ESALQ; Instituto BioAtlântica.

Siglas

Acepeub	Associação e Centro de Pesquisas Ecológicas de Ubarana
Aemerj	Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro
AFCoF	Atlantic Forest Conservation Fund
AMP	Associação dos Municípios do Paraná
Ampar	Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraíba (MG)
Anamma	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
APAN	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza
APP	Área de preservação permanente
Apremavi	Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
Aspoan	Associação Potiguar Amigos da Natureza
BPAmb	Batalhão da Polícia Ambiental
CACO	Camargo e Cordeiro Consultoria
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBRN	Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais
CE-RBMA	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
CER Serra do Papagaio	Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional da Serra do Papagaio
Cetesb	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CN-RBMA	Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Comdema	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Consema	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DAAE-Rio Claro	Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro
DFLOR/MMA	Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente
Eaacone	Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras

EIA-Rima	Estudo de impacto ambiental – Relatório de Impacto Ambiental
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Assistência Rural
Famurs	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funbio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
Gambá	Grupo ambientalista da Bahia
GFA	GFA Consulting Group, Alemanha
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH
IASB	Instituto das Águas da Serra de Bodoquena
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira
IEF, MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IEMA, ES	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
INEA, RJ	Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro
INEMA, BA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia
Ingá	Instituto de Gestão das Águas e Clima
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IESB	Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
IMA	Instituto do Meio Ambiente, Bahia
IPSA-Corumbataí	Instituto de Proteção Sócio-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí
ISA	Instituto Socioambiental
Iser	Instituto de Estudos da Religião
Itesp	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MIRA-SERRA	Monitoramento Integrado Recursos Ambientais - Sustentabilidade Extensiva aos Recursos
MMA	Ministério do Meio Ambiente

ONG	Organização não-governamental
Oscip	Organização da sociedade civil de interesse público
Pacto	Pacto pela Restauração da Mata Atlântica
PDA	Projetos Demonstrativos
PPA	Planos plurianuais
PMDBBS	Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite
PRA	Programa de Regularização Ambiental
Pro-Mata II	Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais II
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RMA	Rede de ONGs da Mata Atlântica
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SBF/MMA	Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente
SEA, RJ	Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro
SEDR/MMA	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
Semad, MG	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
Sisnama	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMA	Secretaria de Meio Ambiente
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNE	Sociedade Nordestina de Ecologia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SRHU/MMA	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
UC	Unidade de conservação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Uninove	Universidade Nove de Julho, São Paulo

Em nome do



Ministério Federal do Meio Ambiente,
da Proteção da Natureza
e da Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

KFW



Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA